

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

CAM-NATÉ AUGUSTO BISSINDÉ

RELAÇÃO CIVIL-MILITAR NA GUINÉ-BISSAU (2000-2020)

GOIÂNIA
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

CAM-NATÉ AUGUSTO BISSINDÉ

3. Título do trabalho

Relação civil-militar na Guiné-Bissau (2000-2020)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Cam-Naté Augusto Bissindé, Discente**, em 19/07/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Amoroso Botelho**, **Usuário Externo**, em 24/07/2024, às 08:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4680230** e o código CRC **9DCE5361**.

Referência: Processo nº 23070.029565/2024-26

SEI nº 4680230

CAM-NATÉ AUGUSTO BISSINDÉ

RELAÇÃO CIVIL-MILITAR NA GUINÉ-BISSAU (2000-2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Estudos Políticos Contemporâneos

Linha de pesquisa: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Amoroso Botelho

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

BISSINDÉ, Cam-naté Augusto
RELAÇÃO CIVIL-MILITAR NA GUINÉ-BISSAU (2000-2020)
[manuscrito] / Cam-naté Augusto BISSINDÉ. - 2024.
LXXII, 72 f.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Amoroso BOTELHO.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, 2024.

Inclui siglas.

1. Forças Armadas.. 2. Estado.. 3. Partido Político.. 4. Guiné
Bissau.. 5. CRISE. I. BOTELHO, João Carlos Amoroso, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **5/2024** da sessão de Defesa de Dissertação de **Cam-Naté Augusto Bissindé**, que confere o título de Mestre(a) em **Ciência Política**, na área de concentração em **Estudos Políticos Contemporâneos**.

Aos **27 de junho de 2024**, a partir das **14 horas**, por videoconferência na plataforma online Google Meet, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Relação civil-militar na Guiné Bissau (2000-2020)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador, Professor Doutor **João Carlos Amoroso Botelho (PPGCPRI/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Matheus Hoffmann Pfrimer (PPGCPRI/UFG)**, membro titular interno; Professora Doutora **Analúcia Danilevitz Pereira (UFRGS)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **João Carlos Amoroso Botelho (PPGCPRI/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **27 de junho de 2024**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Amoroso Botelho, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Coordenador de Pós-Graduação**, em 11/07/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 16/07/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4620197** e o código CRC **417D1811**.

O poder da imaginação torna-nos infinitos.

John Muir

Não tenha pressa: muito se pode ganhar com paciência.

Provérbio latino

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, toda a honra e glória seja dada ao Todo Poderoso, Deus altíssimo, criador do universo. Gostaria de reiterar, de maneira deliberada, que foi a mão invisível de Deus que me conduziu à fonte da sabedoria, para que finalmente, pudesse concluir esta dissertação. Sem a mão de Deus, nada do que foi feito seria possível, portanto a minha gratidão é absolutamente eterna à sua graça.

Aos meus pais, expresso solenemente minha gratidão pela educação que me deram. Tenho orgulho de poder colocar em prática tudo que têm me ensinado. Mesmo que não estejam aqui fisicamente para agradecer esse momento especial, sei que estão imensamente orgulhosos por poderem assistir, onde quer que estejam, com entusiasmo e brilho de alegria. Sinto-me orgulhoso por ter recebido seus ensinamentos e esta tem sido minha guia de conquista por onde eu andar. De todos os ensinamentos recebidos, a humildade e a honestidade me fascinam. Os dois princípios são meu guarda-sol ao longo da quaresma, e meu guarda-chuva nas chuvas torrenciais.

De maneira incansável, gostaria de agradecer a minha namorada e futura esposa Libania Vieira Cá (Bissindé) que sempre esteve do meu lado durante o desenvolvimento da minha pesquisa. Ela soube me empurrar quando tudo parecia difícil, mesmo em uma distância continental suas mensagens ao nascer do sol e ao seu ocaso, jamais me deixaram na solidão. As comidas deliciosas durante a pesquisa do campo na Guiné-Bissau foram provas de uma pura conexão, pois a boa alimentação contribuiu de maneira direta no foco das entrevistas em Bissau.

Meus agradecimentos também aos meus irmãos: Cristina Augusto Bissindé, Francisca Augusto Bissindé, Binhanquerem Augusto Bissindé, Samuel Augusto Bissindé, Papito Sufri Sulai Nhaté, Mamita Sulai Nhaté, Elisa Isnaba Bissindé, Celia Isnaba Bissindé, Vanusa Isnaba Bissindé, Vania Isnaba Bissindé. Mesmo à distância, o suporte que me deram foi fundamental para a construção deste trabalho.

Agradeço, ainda, à UFG, começando pelos técnicos de educação, professores e todos os servidores que colaboraram de alguma forma para que este feito fosse alcançado. Em especial, à coordenação do programa, representada pelos professores Carlo Patti e Mariana Prandini. Estendo esse agradecimento aos demais professores do programa e a todos os servidores da Faculdade de Ciências Sociais, bem como ao meu querido orientador, Professor João Carlos Amoroso Botelho, que desde o começo do curso sempre demonstrou disposição em contribuir de maneira incansável na construção desse produto final.

Agradeço a Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela bolsa concedida (auxílio financeiro) ao longo do período da elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas do curso, que desde o começo demonstraram a vontade de compartilhar o conhecimento dentro e fora das salas de aula, em especial, ao Marcelo Mesquita, que além de ser colega se tornou meu amigo e me fez sentir em casa, imensa gratidão para toda sua família.

Aos meus amigos da infância e da adolescência, “Matchu-Dunus”. E por fim, minha gratidão vai para a Associação dos Estudantes e Comunidade Guineense no Estado de Goiás (AECGEG).

RESUMO

Diante de um contexto de extrema instabilidade política, econômica e social na Guiné-Bissau, pretende-se, através desta dissertação, estudar os ciclos de intervenções das Forças Armadas na vida política cotidiana ao longo das últimas duas décadas. O trabalho atenta em estudar, de maneira deliberada, como os sucessivos golpes se deram, e quais os impactos que a sociedade colheu. O trabalho está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, alguns conceitos relacionados à temática da relação civil-militar são abordados, para congrega o pensamento de especialistas no tema e dialogar sobre as abordagens que apresentam. Na segunda parte, a ênfase está na contextualização histórica da formação das Forças Armadas da Guiné-Bissau em um contexto marcado pela luta de libertação nacional contra o colonialismo português. A terceira e última parte trata, especificamente, da eleição geral de 2014, analisando as expectativas e as frustrações políticas marcadas pela crise político-partidária. Ainda na última parte foi feita a análise de entrevistas.

Palavras-chave: Forças Armadas. Estado. Partido Político. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

Given a context of extreme political, economic and social instability in Guinea-Bissau, it is intended, through this dissertation, to study the cycles of interventions of the Armed Forces in everyday political life over the last two decades. The work seeks to study, deliberately, how the successive blows took place, and what impacts the society reaped. The work is divided into three parts, in addition to the introduction and final considerations. In the first part, some concepts related to the theme of civil-military relationship are addressed, to bring together the thought of experts on the subject and dialogue about the approaches they present. In the second part, the emphasis is on the historical contextualization of the formation of the Armed Forces of Guinea-Bissau in a context marked by the national liberation struggle against Portuguese colonialism. The third and final part deals specifically with the 2014 general election, analyzing the expectations and political frustrations marked by the political-party crisis. Also in the last part was made the analysis of interviews.

Keywords: Armed Forces. State. Political Party. Guinea-Bissau.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Rebeliões militares na Guiné-Bissau (1980-2012).....	39
Quadro 2 - Caracterização geral	45
Quadro 3 - Escolaridade.....	45
Quadro 4 - Atuação profissional	45
Quadro 5 - Autonomia militar na Guiné-Bissau por dimensão de análise	53

LISTA DE SIGLAS

AM - Adido Militar

ANP - Assembleia Nacional Popular

AP - Armazém do Povo

BM - Banco Mundial

CBV - Comissão de Boa Vontade

CC - Congresso de Cassacá

CCP- Comitê Central do Partido

CEDEAO - Comunidade Econômica Dos Estados África Ocidental

CEI - Casa de Estudante do Império

CEMGFA - Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

CIM - Comissão Interministerial

CM - Conselho de Ministro

CNE - Conselho Nacional de Eleição

CNG - Conselho Nacional de Guerra

CNT - Conselho Nacional de Transição

CEP - Comitê de Ética de Pesquisa

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

CP- Comissão Permanente

CPI - Comissão Parlamentar de Investigação

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CTCM - Centro de Treinamento de Capacitação Militar

DGSIE - Direção Geral de Serviço de Informação de Estado

DIT- Divisão Internacional de Trabalho

DM- Desafios do Milênio

ECOMIL - Ecowas Mission In Liberia (Missão da CEDEAO em Libéria)

ECOMOG - Economic Monitoring Group (Grupo de Monitoramento Econômico)

EMC - Escola Militar de Cumeré

EMFA - Estado Maior das Forças Armadas

FA - Forças Armadas

FAA - Forças Armadas Angolanas

FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOREX - Force Expeditionnaire Sènègalais en Guinée (Força Expedicionária Senegalesa na Guiné)

FCFA - Franco da Comunidade Financeira Africana

FRENAGOLPE - Frente Nacional Anti Golpe

GTAPE - Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral

GUN- Governo de Unidade Nacional

LGDH- Liga Guineense de Direitos Humanos

MEC - Ministério da Educação

MFDC - Movimento de Força Democrática de Casamansa

MISSANG - Missão Angolana na Guiné-Bissau

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NDLP- Novo Dicionário de Língua Portuguesa

OGE- Orçamento Geral de Estado

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado Atlântico Norte

PAIGC - Partido Africano Para a Independência de Guiné e Cabo-Verde

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PCC - Partido Comunista Chinês

PCE - Presidente do Conselho de Estado

PDP - Partido Democrático do Povo

PG - Programa do Governo

PIDE- Polícia Internacional de Defesa do Estado

PJ- Polícia Judiciária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP - Polícia da Ordem Pública

PRS - Partido da Renovação Social

PUSD - Partido Unido Social Democrático

RH - Recursos Humanos

RPC - República Popular da China

SGNU - Secretário Geral das Nações Unidas

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

UEMOA - União Económica Monetária Oeste Africana

UNMIL - United Nations Mission In Liberia (Missão das Nações Unidas em Libéria)

UNODC - United Nations Organization for Drugs and Crime (Organização das Nações Unidas para Drogas e Crimes)

URSS - União das Repúblicas Socialista Soviética

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES EM REGIMES DEMOCRÁTICOS	16
3 A HISTÓRIA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU E AS FORÇAS ARMADAS	23
3.1 O processo de independência	23
3.2 A criação e a estruturação das Forças Armadas	26
3.3 As Forças Armadas sob a ótica do partido único	27
3.4 As Forças Armadas sob a ótica do multipartidarismo	30
3.5 O golpe militar de 2003	38
3.5.1 O caso de 6 de outubro	40
3.6 O golpe militar de 2009	42
3.7 O golpe militar de 2012	45
3.8 As eleições de 2014 e a continuidade das crises políticas.....	47
4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS ENTREVISTAS.....	53
4.1 Caracterização dos entrevistados	54
4.2 Conteúdo das entrevistas.....	55
4.3 O nível de autonomia militar na Guiné-Bissau	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1 INTRODUÇÃO

Após uma década de luta de libertação nacional frente ao regime colonial português, o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC¹), fundado por Amílcar Lopes Cabral, proclamou a independência da Guiné-Bissau, unilateralmente, em 1973. Ao longo da luta contra o colonialismo português, o PAIGC desempenhou vários papéis, conforme a demanda a cada momento. O partido exercia funções de: Estado burocrático, principalmente no setor logístico, para administração e gerenciamento de recursos da guerra; núcleo principal da força que combateu, no início como guerrilha, as tropas portuguesas; e partido político, se apropriando da legitimidade em desempenhar a função de Estado (Monteiro, 2019).

O fim da guerra colonial e a consagração da independência levaram o PAIGC a assumir o papel de Estado, controlando diretamente as instituições burocráticas. Além disso, adotou um regime autoritário e a lei do partido único e concedeu poder político aos militares por meio do artigo 5º da Constituição da República, que legitima o papel das Forças Armadas na tomada de decisões nos assuntos políticos do país (O'regan; Thompson, 2013).

Em 1980, houve o primeiro golpe, perpetrado pelo então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), João Bernardo Vieira, que ocupou a Presidência por quase 20 anos (1980-1999). A partir dos anos 1990, a pressão externa sobre os regimes autoritários aumentou gradualmente. A influência dos Estados Unidos e dos princípios de democracia e livre mercado que tentam propagar cresceu, em especial, sobre os países em desenvolvimento. Nesse contexto, a Guiné-Bissau liberalizou seus sistemas político e econômico em 1991, aderindo ao multipartidarismo com eleições competitivas.

Como herança de Portugal, o sistema de governo adotado foi o semipresidencialismo, em que o presidente é eleito pela população e o primeiro-ministro é uma escolha do Parlamento. O Executivo, então, se compõe por duas figuras, com o primeiro exercendo a função de chefe de Estado, e o segundo, a de chefe de governo. Nesse sistema, a divisão de poderes entre presidente e primeiro-ministro varia conforme o país que o adota. Nos casos em que essa divisão

¹ O PAIGC foi fundado em 19 de setembro de 1956, em Bissau, tendo como protagonistas Amílcar Lopes Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin. Foi o responsável pela luta de libertação nacional contra Portugal em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em 1961, a FRELIMO, de Moçambique, o MPLA, de Angola, o MLSTP, de São Tomé e Príncipe, e o PAIGC formaram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), para coordenar a estratégia de luta armada em todas as colônias africanas de Portugal. Com a independência, em 1973, o PAIGC se tornou o único partido da Guiné-Bissau e elaborou a Constituição do país. Só passou a ter concorrência com a realização das primeiras eleições democráticas em 1994. João Bernardo Vieira foi quem mais presidiu o partido. Desde 1994, o PAIGC só foi derrotado em três eleições, das quais duas foram presidenciais, em 2005 e 2019. Ver História do PAIGC (2022).

não está tão clara na Constituição e/ou não existe uma tradição de moderação no exercício dos cargos, como na Guiné-Bissau, o convívio entre as duas figuras que representam o Executivo pode ser difícil e hostil. No Poder Judiciário, a escolha de quem preside a corte suprema do país se dá por meio de uma votação entre os próprios magistrados da casa.

O semipresidencialismo, também definido na literatura como sistema de Executivo dual, se caracteriza justamente pela combinação entre eleição popular para a Presidência e escolha do primeiro-ministro pelo Parlamento. Além de Portugal, a França, países da Europa Oriental e ex-repúblicas soviéticas adotam o semipresidencialismo, entre outros casos. A operação desse sistema pode se alternar entre o modelo do presidencialismo e o do parlamentarismo.

Quando um mesmo partido ou coalizão elege o presidente e tem maioria no Parlamento, o chefe de Estado pode exercer influência sobre a escolha do primeiro-ministro. Nesse caso, o sistema pode funcionar como o presidencialismo, já que o chefe de governo pode ser alguém da confiança do presidente e, na prática, atuar mais como um coordenador dos ministérios do que como primeiro-ministro. Por outro lado, quando um partido elege o presidente e outra força política ou coalizão que não o apoia tem maioria no Parlamento, o sistema pode funcionar como o parlamentarismo, já que o primeiro-ministro se encarrega do exercício de governo, enquanto o presidente cumpre outras funções, como a representação diplomática. Na França, essa divisão de tarefas recebe a definição de coabitação.

Além da eleição popular para a Presidência, uma diferença entre o semipresidencialismo e as repúblicas parlamentaristas, que também têm um presidente como chefe de Estado, é que o presidente no sistema semipresidencialista não é uma figura decorativa e conta com poderes de fato. Para Linz (1991), o semipresidencialismo é ainda mais dependente da capacidade de liderança do que o presidencialismo, porque, em um cenário de coabitação, é necessário que a única figura eleita pela população para a composição do Executivo, o chefe de Estado, aceite desempenhar um papel secundário em relação ao primeiro-ministro. Novamente, para um país como a Guiné-Bissau, sem tradição de convivência com a democracia, convenhamos que é algo difícil de se conseguir da parte de quem ocupe a Presidência.

A mudança no paradigma econômico e político da Guiné-Bissau no início dos anos 1990 deu origem a uma crise generalizada, que perdurou até o fim daquela década. A instabilidade abriu espaço para que a presença militar na política se acentuasse. Em 1998, o país mergulhou em uma guerra civil, opondo o presidente João Bernardo Vieira e o então CEMGFA, Ansumane Mané. O presidente, já impopular entre os militares, recebeu rapidamente o apoio dos vizinhos Senegal e Guiné-Conacri, que enviaram forças para ajudá-lo a se manter no poder. Contudo,

esse apoio não foi suficiente, o que obrigou Vieira a fugir para Portugal buscando exílio em maio de 1999 (O’regan & Thompson, 2013; Carvalho, 2016).

A ala vencedora na guerra civil entregou o poder com a realização de eleições gerais em novembro de 1999, nas quais o Partido da Renovação Social (PRS), maior força de oposição ao PAIGC, foi vencedor e elegeu Kumba Yalá para o cargo de presidente. Dois anos depois, um novo golpe militar interrompeu o mandato de Yalá, que foi o segundo presidente eleito a ser destituído de forma consecutiva. A destituição antes do fim de mandato se tornou a regra até 2014, quando José Mário Vaz pôde, enfim, completar seu período como presidente.

O longo ciclo de instabilidade que o país enfrentou desde sua independência - ora pelo autoritarismo, ora pela inexperiência com a democracia - fomentou as disputas tribais na arena política e nos quartéis. Os assassinatos de figuras políticas e militares se tornaram comuns a partir da independência, mas esse fenômeno tem se agravado nas últimas duas décadas. As reformas políticas dos anos 1990 não foram capazes de estabelecer mecanismos duradouros de resolução pacífica dos conflitos na Guiné-Bissau. Como salienta Zaverucha (2000, s/p), “em democracias, cuja características são híbridas, as forças armadas em tais regimes continuam a pairar como sombras ameaçadoras, prontos a cair sobre qualquer ameaça que coloca seus valores e interesses em risco”.

Como reflexo da intervenção contínua dos militares na política, o país assistiu em 2009 aos assassinatos dos então presidente, João Bernardo Vieira, e CEMGFA, Batista Tagme Na Wai. Em abril de 2012, outro golpe militar derrubou o governo eleito democraticamente e instaurou um regime de transição liderado por figuras indicadas pelas Forças Armadas. Os protestos contra esse regime foram reprimidos com violência. Mendes (2019) salienta que “o golpe militar, em abril de 2012, colocou novamente a constituição em dormência e instalou, por alguns anos, uma ditadura de fato, em que a violência política e as violações diárias dos direitos humanos básicos se tornaram a norma”.

Se as intervenções militares foram a principal fonte de instabilidade política ao longo dos anos anteriores, o confronto entre PAIGC e partidos de oposição predominou de 2014 a 2020, quando a troca de primeiro-ministro foi frequente. Na última eleição presidencial, em 2019, o general da reserva Umaro Sissoco Embaló se elegeu.

O cenário descrito impõe as seguintes perguntas de pesquisa: As intervenções militares na política de Guiné-Bissau têm a ver com o grau de autonomia conquistada? Os militares são quem de fato governa no país? As Forças Armadas não atuam com profissionalismo? E/ou os civis não conseguem estabelecer mecanismos de controle sobre elas? Essas indagações guiam o desenvolvimento do trabalho. O objetivo é investigar como se dá a intervenção militar na

política em Guiné-Bissau e quais são as consequências para as instituições políticas nacionais. Como objetivo específico, se busca detalhar cada golpe militar no período de 2000 a 2020.

A dissertação combina procedimentos qualitativos e quantitativos e se divide em três partes. Na primeira, se faz a discussão da literatura sobre relações civis-militares em regimes democráticos. A segunda apresenta a formação das Forças Armadas na Guiné-Bissau, sua atuação para intervir na arena política e a sequências de golpes de Estado. Por fim, a terceira parte se concentra no período desde as eleições gerais de 2014 e analisa as entrevistas realizadas no país em abril e maio de 2023.

2 AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES EM REGIMES DEMOCRÁTICOS

É comum, ao se tratar de relação civil-militar, pensar no controle das Forças Armadas pelas instituições democráticas ou o contrário. Porém, outras ideias precisam ser empregadas para investigar a complexidade desse fenômeno. Alguns conceitos são indispensáveis ao debate no contexto geral dos países e, em especial, no caso da Guiné-Bissau.

Primeiramente, há a definição do que é a profissão militar e seu significado simbólico. As Forças Armadas são uma organização formal na sua estrutura e contam com uma burocracia hierarquizada, o que exige conhecimento técnico diversificado dos seus integrantes. Conforme o Novo Dicionário de Língua Portuguesa (NDLP, 1913, p.1651) a palavra “profissão” deriva do latim “*professios, onis*”, que significa “maneira de professar, ensinar”. Profissão é o trabalho habitual pelo qual uma pessoa consegue os meios necessários à sua sobrevivência. Também significa um ofício especializado que legitima alguém a certo cargo ou tarefa, podendo ser ou não o meio de vida. O profissionalismo deriva do que é profissional, ou seja, é o caráter do que é profissional representado pelas características de seriedade, competência e responsabilidade. Segundo Júnior (2012, p. 3), o profissionalismo é a “maneira de professar o compromisso com o público, através de engajamento no projeto em que o profissional se insere”.

Huntington (1996) sustenta que a profissão está presente desde o início da Idade Média e ganhou significado maior no início do século XVIII. Contudo, isso se refere só às profissões civis, que começaram a se tornar mais complexas devido às transformações decorrentes da revolução industrial. O autor argumenta que “as práticas da profissão nesse período eram todas ligadas às instituições civis” (Huntington, 1996, p. 25).

As transformações tecnológicas, que se iniciaram com a revolução industrial, exigiram a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e a profissionalização. Também se seguiu uma modernização de materiais e táticas empregadas em guerra. Foi nesse contexto que começou a

surgir a profissão militar (Huntington, 1996). Até então, essa carreira não se formalizava em um corpo permanente de soldados. O contexto pré-industrial não exigia que os Estados tivessem exércitos permanentes. Assim, o serviço militar não era obrigatório fora dos períodos de guerra. Com a revolução industrial, manter um exército permanente passaria a ser um requisito para a proteção do Estado nacional e dos seus interesses (Huntington, 1996).

O que as monarquias faziam antes era a contratação de mercenários para certo evento bélico. Essas tropas pertenciam a aristocratas, defendiam os interesses destes e se destinavam a cumprir missões específicas. Não havia, portanto, um compromisso profissional com a carreira militar e, muito menos, uma formação para ela. Com a competição por mercados cada vez mais acirrada no âmbito internacional, se tornou necessária a criação de um corpo permanente de efetivo militar (Huntington, 1996).

Os Estados nacionais, então, começaram a estruturar suas políticas de defesa e segurança e se apressaram em criar Forças Armadas permanentes, munidas de uma preparação técnica, e em adquirir equipamentos para sua atuação. Assim, formação e dedicação exclusiva passaram a ser exigências para a carreira militar. Huntington (1996) conclui que o surgimento de técnicas avançadas de guerra, induzido pelo avanço da indústria bélica, levou à necessidade de atualizar as Forças Armadas a esses desafios.

Compostas por Aeronáutica, Exército e Marinha, as Forças Armadas “são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com fundamento na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do presidente da república, e destinam-se à defesa e interesse da pátria” (Ferreira, 2004, p. 921). Devido à diversificação das suas funções, é comum que haja divisão do trabalho e especialização. Nessa linha, “o oficial passa a ser visto como um corpo com vocação que se dedica exclusivamente aos estudos e domínio de técnicas especializadas, com vocação total, carregando em suas costas responsabilidade que o define como um profissional cuja a profissão está enraizada à sua vocação” (Huntington, 1996, p. 38).

A evolução dos mecanismos de seleção e formação do corpo militar pode ser resumida em três fases: 1) eliminação dos pré-requisitos aristocráticos para ingresso; 2) exigência de um nível básico de formação profissional e competência; e 3) exigência de um mínimo de educação geral adquirida em instituições não dirigidas por militares. No geral, as três etapas se referem à ruptura com a situação anterior, baseada no clientelismo aristocrático, e exigem uma formação básica e profissionalização. Desse modo, as Forças Armadas se tornam um “núcleo institucional bastante competitivo com um índice elevado de profissionalismo” (Huntington, 1996, p. 37). Obediência e disciplina são outras marcas distintivas das Forças Armadas, que também tendem a preservar valores conservadores.

A argumentação resumida até agora leva ao seguinte axioma: quanto mais profissional a força armada é, menos se interessa por intervir em assuntos de natureza civil; quanto menos profissional a força é, mais se interessa por intervir em assuntos civis (Huntington, 1996). Em “O Soldado e o Estado: teoria e política entre civis e militares”, Huntington introduz o debate sobre relação civil-militar na era de corpos militares permanentes e profissionalizados. Essa relação significa equilíbrio de poder entre duas entidades distintas, o que pode se dar de forma negativa ou positiva. A disputa em torno de quem controla quem é o que conduz a dinâmica dessas relações (Huntington, 1996).

Para Carriço (2006), a abordagem de Huntington se concentra na realidade dos países ocidentais desenvolvidos e tem uma visão conservadora. Segundo o autor, o profissionalismo militar advém da formação técnico-científica, mas um militar profissional deve ser mais do que um técnico e precisa adquirir outros conhecimentos e uma formação universitária.

A ética militar, nas palavras de Huntington, é assim “pessimista, coletivista, de pendor histórico, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista, e instrumentalista na forma como encara a profissão militar. Por outras palavras, é realista e conservadora (Carriço, 2006, p. 217).

Carriço propõe o conceito de “cientificidade operacional”, que enfatiza a origem das técnicas e a necessidade de ciência no universo militar. O desenvolvimento técnico-científico se iniciou na Prússia, que exigia formação superior dos oficiais. A prática se tornou comum em academias militares e se constituiu em um modelo para a formação de quadros superiores.

Karl Von Clausewitz, em “*Da Guerra*”, publicado originalmente em 1831, já tratava do papel do militar profissional e considerava que a “guerra é a continuação da política por outro meio”. Esse argumento ajudou a justificar o controle civil sobre os militares, já que sua proficiência teria que ser empregada em busca dos objetivos do Estado.

Para Carriço (2006), Estado e Forças Armadas dependem um do outro. Afinal, o Estado depende das Forças Armadas para se proteger de ameaças que coloquem em risco sua existência e, ao mesmo tempo, fornece recursos orçamentários para a manutenção destas. Além da defesa territorial, as Forças Armadas podem atuar em coleta e doação de alimentos, ações de resgate em casos de desastres naturais e modernização do sistema de comunicação (Carriço, 2006).

Um militar profissional passa a deter três responsabilidades principais, segundo Carriço (2006): 1) apresentação ao governo das necessidades de defesa e segurança; 2) detalhamento das implicações militares das alternativas de ação em certas situações; e 3) implementação das decisões políticas que requerem o emprego de meios militares. Para um militar profissional, o “Estado está sob ameaças contínuas, pelo que enfatiza a permanente necessidade de as Forças

Armadas estarem devidamente preparadas para fazer face a tais ameaças, e que esta deve ser uma percepção extensível e compreensível ao restante da sociedade” (2006, p. 217).

Ademais, Carriço define que os militares podem participar politicamente como árbitro, guardião, participante-dirigente ou pretoriano. Cada categoria tem implicações diferentes para as ações das Forças Armadas e sua relação com o Estado. Estas são árbitro quando detêm “a capacidade de decidir sobre a alteração do poder”, outorgando ao grupo da sua preferência a autoridade, ainda que não integrem o governo (Carriço, 2006, p. 217). Para o autor, é comum verificar esse cenário nos países em desenvolvimento.

A atuação como guardião significa que as Forças Armadas também não participam do governo diretamente e determinam a competência para governar com base em uma lógica de purificação do país. Nesse cenário, se proclamam como defensoras de valores conservadores que julgam estar em risco. “A defesa de valores como a unidade, a tradição, o espírito de corpo, a comunidade e a disciplina social fazem ressaltar a sua preocupação com a preservação de fatores como a ordem, a hierarquia, a segurança pública e a supremacia da sociedade face ao indivíduo” (Carriço, 2006, p. 217).

Na condição de participante-dirigente, as Forças Armadas participam diretamente do governo, ocupando cargos e sendo membro do núcleo político com maior ou menor influência. Essa categoria implica, então, a presença de militares em cargos de natureza política nos níveis nacional, regional e/ou local. No modelo pretoriano, as Forças Armadas são o ator principal de governo e detêm a autoridade sobre todas as áreas da política nacional. Essa categoria, que se difundiu pela América Latina durante a Guerra Fria, é a forma mais extrema de participação militar na política e implica controle sobre as instituições civis (Carriço, 2006).

Além das quatro categorias, a participação militar na política pode assumir a forma de aconselhamento profissional, *lobbying*, aliança com certos interesses, chantagem e ameaça de uso da força. Para impor o controle civil, segundo Carriço (2006), é necessário impedir que as Forças Armadas interfiram na política e assegurar que obedeçam ao poder civil para cumprir a tarefa de preservar a integridade territorial do Estado.

Carriço (2006) também aponta quatro linhas de atuação das Forças Armadas: autonomia institucional; política de segurança; papel socioeconômico; e atividades ilegais. Na primeira, estas, devido à especificidade das suas tarefas, preservam uma autonomia organizacional e operacional, sem interferência civil. Na segunda, buscam controlar a formulação das políticas de defesa e segurança. Na terceira, criam mecanismos para ter uma atuação socioeconômica. E por fim, na quarta, se envolvem em atividades ilegais, como contrabando, extorsão e tráfico de drogas, ora enfrentando, ora cooperando com máfias locais.

Pion-Berlin (2008) observa um caráter menos agressivo da atuação militar na política a partir dos anos 2000 na América Latina e identifica duas explicações para essa tendência: 1) a expansão das Comunidades de Integração Regional (CIR); e 2) a cooperação estabelecida entre as Forças Armadas e o poder civil para lidar com certas crises.

Para o autor, Estados democráticos se tornam mais protegidos quando integram alguma CIR, já que militares golpistas se preocupam com sanções caso concretizem suas intenções de tomada do poder pela força. Essas sanções podem levar ao isolamento parcial ou total daquele país e ao não reconhecimento do governo de fato pelos demais membros da CIR. Por outro lado, fragilidades institucionais dos Estados e governos ineficientes podem abrir espaço para uma participação mais sutil dos militares em tarefas de governo, atendendo a convocações de governantes eleitos democraticamente para prestar auxílio em situações emergenciais, como desastres naturais e criminalidade ascendente. Uma vez que recebem tarefas temporárias, os militares tentarão convertê-las em permanentes e estender suas prerrogativas.

A perspectiva de Pion-Berlin (2008) enfatiza a importância do desempenho econômico e do bem-estar social como escudo de proteção para reduzir o interesse das Forças Armadas em intervir ou assumir o poder. No sentido inverso, quando estas observam resultados econômicos ruins, corrupção e ameaça a valores conservadores, podem se colocar de prontidão para intervir e reestabelecer o que entendem como ordem.

O autor identifica dois tipos de função das Forças Armadas: a tradicional se refere às atividades que envolvem confronto com outro Estado; e a não tradicional se refere às atividades não belicosas de natureza interna, inclusive na área humanitária. Nas sociedades em que as FA se concentram na função tradicional, a probabilidade de se interessar em assuntos domésticos é menor. No sentido inverso, quanto mais cuidam de tarefas internas, é maior a sua tendência de interferir em decisões políticas.

Ainda que as duas funções não sejam intrinsecamente diferentes em termos de gestão e controle civis, Pion-Berlin (2008) considera que os políticos se sentem mais tentados a ceder a última palavra aos comandantes militares na execução de tarefas internas. Para o autor, devem ser os civis a decidir quando, onde e como utilizar as Forças Armadas. Ademais, é importante que conheçam a área de defesa, para que possam definir as diretrizes de ação militar. Quando não é assim, as FA atuam com mais intensidade para manter a exclusividade na elaboração da política nacional de defesa.

Ao intervir nos assuntos políticos, segundo Pion-Berlin (2008), os militares se baseiam em argumentos defensivos e ofensivos. No primeiro caso, buscam proteger suas prerrogativas de interferência. No segundo, pretendem ampliar sua esfera de influência e limitar a do governo

civil. Em outro trabalho, de 1992, Pion-Berlin propõe dimensões para avaliar a autonomia das FA frente ao poder civil: 1) decisão pessoal; 2) níveis de força; 3) doutrina e educação militar; 4) reforma militar; 5) orçamento militar; 6) produção e aquisição de armas; 7) organização da defesa; 8) coleta de informação; 9) segurança interna; e 10) direitos humanos.

A decisão pessoal é relevante em qualquer relação entre duas pessoas ou entidades e se refere à capacidade do comando das FA de tomar decisões sem que a autoridade civil o contrarie ou impeça. Essa capacidade pode variar de acordo com o âmbito de atuação militar. Para avaliar a autonomia nessa dimensão, o autor propõe que:

[...] se os militares são os principais responsáveis em delinear questões de promoção e aposentadoria, e sendo simplesmente ratificado pela ordem presidencial, a autonomia militar é considerada alta. Se os militares denominam para diferentes cargos duas ou mais pessoas e ainda aguardam a aceitação da presidência em ratificar e aguardam a votação no senado para a aprovação do projeto, a autonomia militar é considerada baixa (Pion-Berlin, 1992, p. 87).

Os níveis de força dependem de fatores estruturais, como a situação econômica. Quando a economia vai mal, os militares têm incentivo para intervir ou deixar o poder se já governam. Por outro lado, quando a economia vai bem, as FA podem pressionar por mais recursos e tarefas. A autonomia é alta na medida em que os militares conseguem ter seus pleitos atendidos com pouca ou nenhuma contestação da autoridade civil.

A doutrina e a educação militar compõem o legado da profissão castrense. As FA zelam pelo controle exclusivo da formação das suas tropas e buscam se distanciar de outros centros, como universidades. A autonomia nessa dimensão é alta quando os militares conseguem evitar que civis lecionem ou conduzam a formação castrense.

No tema da reforma militar, as FA buscam autoridade discricionária em questões como redistribuição de tropas, transformações operacionais, modernização de sistemas de armamento e treinamento e readequação de centros de pesquisa. Qualquer reforma em setores entendidos como de natureza tática e operacional gera resistência dos militares. A autonomia é alta quando a autoridade civil é incapaz de influenciar as reformas. A autonomia é baixa quando civis as conduzem ou as fazem em conjunto com militares.

Quanto ao orçamento militar, as FA buscam controlar e expandir as verbas destinadas à sua operação. A autonomia é alta quando conseguem esse objetivo. A autonomia é baixa quando a decisão sobre o orçamento de defesa é exclusivamente da autoridade civil. Na produção e na aquisição de armas, os militares almejam desenvolver e controlar um setor bélico. A autonomia é alta quando alcançam esse objetivo, e baixa, quando o controle é de Estado ou sociedade.

A organização da defesa cabe ao ministério da área, que é a principal instância para a formulação da sua política. A autonomia é alta quando o Ministério da Defesa (MD) está sob

controle e composição militares, e baixa, quando são civis que controlam e compõem a pasta. A coleta de informação, por sua vez, é importante tanto para civis quanto para militares, que a consideram como um meio para fortalecer a ética e o sigilo da sua profissão. O controle dessa atividade, então, é cobiçado por ambos os lados, conforme explica o trecho abaixo:

Os militares têm legitimidade de coletar informações, mas os governos democráticos vão preferir que essa tarefa seja incumbida pela burocracia civil, como, por exemplo, nos países com democracia mais desenvolvida (Pion-Berlin, 1992, p. 89).

A autonomia na coleta de informações é alta quando as FA são as responsáveis pelos serviços de inteligência, e baixa, quando são responsabilidade de uma única agência controlada pela autoridade civil.

A segurança interna se refere à preocupação das FA, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com ameaças endógenas originadas por guerrilhas e grupos criminais. Diante dessas ameaças, os militares se proclamam como defensores da ordem interna. A autonomia é alta quando as FA são capazes de determinar escopo, frequência e intensidade com que se envolvem em questões de segurança interna.

Por fim, há a dimensão dos direitos humanos. Violações foram cometidas por agentes dos regimes autoritários nos países em desenvolvimento. Concluída a transição à democracia, militares foram investigados e condenados por essas violações em alguns casos, o que é fonte de resistência nas FA. A autonomia é alta quando os militares conseguem se livrar de processos e condenações, e baixa, quando há responsabilização pelos crimes praticados.

Em “A profissão militar: um modelo à procura de sustentação” (2001), Vaz descreve a complexidade envolvida na formação das FA. Para o autor, a competição acirrada por mercados externos entre as potências europeias criou a necessidade de criar forças permanentes que se encarregassem da defesa nacional. Inicialmente, as FA detinham uma imagem de neutralidade e profissionalismo, decorrente da singularidade da sua missão, o que foi se perdendo ao longo do tempo, conforme se explica no trecho abaixo:

Assim como os médicos e os advogados se politizaram, assim também os oficiais perderam a imagem da capacidade pura e despolitizada. Tal como outros importantes grupos de interesse, abandonaram o sentimento de que eram únicos e submeteram-se às regras do jogo democrático (Vaz, 2001, p. 58).

Como as decisões sobre a estrutura e o contingente militares são tomadas no campo da política, as FA passaram a buscar meios para influenciar essas decisões. Quando são capazes de exercer influência, tanto sobre os tomadores de decisão quanto sobre a opinião pública, os militares podem definir as políticas para suas áreas de atuação (Vaz, 2001). Para contribuir ao objetivo das FA de reservar essas áreas para si, há as exigências que o avanço das técnicas de guerra cria em relação a um exercício profissional da atividade militar.

3 A HISTÓRIA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU E AS FORÇAS ARMADAS

3.1 O processo de independência

As primeiras aspirações da luta começaram em um contexto em que a configuração do mundo Pós-Segunda Guerra ganhou um novo rumo com o enfraquecimento da Europa como polo de poder mundial, pelo menos dos pontos de vista militar e econômico, que visava manter o “*status quo*” do ímpeto colonial. Como estudante de agronomia em Lisboa e no convívio com os companheiros Mário de Andrade e Agostinho Neto, na Casa dos Estudantes do Império (CEI)², Amílcar Cabral cultivou uma visão revolucionária, inspirada nos ideais dos movimentos do pan-africanismo e da negritude. Participou de várias conferências, em que compartilhava sua preocupação com a dominação colonial, não só para os casos de Guiné-Bissau e Cabo Verde quanto para a África como um todo (Monteiro, 2019; Carvalho, 2016; Bissindé; 2021).

Foi a partir da Conferência de Bandung³ (1955) que vários projetos de emancipação se destacaram, obtendo apoio dos países não alinhados. O líder do PAIGC estabeleceu relações com chefes de Estado, como Mao Tse-tung, da China, e Fidel Castro, de Cuba, entre outros. O contato com lideranças de países do campo comunista tornou-se necessário para que a guerrilha do PAIGC pudesse adquirir apoio para dar início à luta armada de independência. Nesse quadro de relações com diversos países, o PAIGC rapidamente começou a receber apoio do Partido

² A Casa de Estudante do Império (CEI) é uma instituição estatal fundada em 1944 pelo movimento estudantil da lusofonia afro-asiática. Com sede principal em Lisboa, a CEI albergava estudantes que chegavam das colônias para dar sequências nos estudos universitários na metrópole. A aprovação da carta da ONU e a resolução de direito à autodeterminação dos povos impulsionado fortemente pela onda de descolonização, os estudantes da CEI aderiram ao movimento de desconstrução da identidade a qual eram submetidos. A luta pela preservação de identidade, e autodeterminação dos povos das colônias fizeram da CEI um espaço importante para disseminação de resistência contra o regime colonial português. “A partir dessa altura, muitos dos associados da Casa dos Estudantes do Império são impulsionados para o aprofundamento dos estudos relativos à identidade dos territórios de que eram originários, frequentando debates, colóquios e promovendo edições próprias, com conteúdo diversificado, incluindo poemas, contos e outras formas de expressão cultural”. Com três frentes de guerra em suas possessões coloniais (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique), o governo português, através da intervenção da PIDE, encerrou a CEI em 1965. Conforme observado pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) foram associados da CEI e ou tiveram participação nela, personalidades como “Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Fernando França Van Dúmen, Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, Pedro Pires, Onésimo Silveira, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo, Vasco Cabral, Pepetela, Alda Lara”. Mais informação sobre a CEI ver Silva Neto (2021); Moreno (2020).

³ A conferência teve lugar na Indonésia, nomeadamente na cidade de Bandung”, localizada no sudoeste da ilha Java. O encontro foi realizado entre os dias 18 a 24 de abril de 1955, reunindo 29 países asiáticos e africanos, capitaneada pelos líderes da China, Índia, Indonésia e Mianmar. Conforme sublinha Simões (2021, p. 2) a conferência de Bandung tinha como intuito “dar encaminhamento para questões como a cooperação econômica, a autodeterminação, a descolonização e a paz”. Ainda segundo o autor, essas ideias contribuíram para a criação do Movimento Não Alinhado e do G-77, amplificando a voz e a inserção internacional dos países do chamado Sul Global”. Para aprofundar mais sobre desdobramento e o impacto da conferência de Bandung, recomenda-se ler Reis & Resende (2019).

Comunista Chinês (PCC) e de Marrocos, além de recursos para viabilizar o início da guerra de independência (Monteiro, 2019; Carvalho; 2016; Bissindé, 2021).

A luta de libertação nacional da Guiné-Bissau contra a força colonial portuguesa teve seu início em 23 de janeiro de 1963. O primeiro palco de tiroteio foi na província sul, onde os guerrilheiros do PAIGC realizaram uma operação relâmpago ao aquartelamento de Tite, um dos comandos militares da força colonial mais bem fortificado na região. O ataque foi resultado de um acúmulo de atrocidades praticadas pela administração colonial portuguesa, como o caso de 3 de agosto de 1959⁴. Alguns estudos apontam que essa administração criou uma estrutura de segregação racial, baseada no Estatuto Jurídico Colonial⁵, que privilegiava o colonizador. Os nativos, definidos como indígenas, ocupavam a última categoria e estavam desprovidos de qualquer direito (Monteiro, 2019; Fati, 2021).

Após o incidente de 3 de agosto, Cabral regressou à Guiné-Bissau no momento em que Portugal realizava um recenseamento da população dos seus territórios ultramarinos. O líder do PAIGC aproveitou para percorrer o território e manter contato com o povo marginalizado, compartilhando sua visão sobre como combater o colonialismo português e a necessidade de colaboração entre as etnias para formar uma frente única de luta pela independência. Cabral acreditava que a única forma de abolir o colonialismo seria com vontade e disposição do povo. Conforme defendia, “não é preciso ir à academia militar para lutar na própria terra, para conquistar a liberdade do seu povo” (Cabral, 1972, p. 10).

Um dos desafios de Cabral, segundo Monteiro (2019), foi construir uma visão única da luta, em uma sociedade fragmentada dos pontos de vista cultural, social e político. Ao analisar a capacidade de engajamento na luta armada de libertação, Bissindé (2021, p. 33) sustenta que “apesar do espírito divisionista cultivado no seio da sociedade de grupos étnicos pelo regime

⁴ 3 de agosto simboliza uma data memorial na história nacional da Guiné-Bissau. Para alguns estudiosos, essa data marca o fim de uma “era” de opressão exercida pela força colonial portuguesa, assim como para outros, simboliza o início de uma engendrada resistência que estava prestes a se formar. Em uma reivindicação organizada dos trabalhadores do porto de Bissau em detrimento de melhores condições de trabalho, sobretudo, o aumento salarial dos funcionários, desencadeou um massacre sem precedentes que deixou cinquenta mortes e centenas de feridos. Os trabalhadores se organizaram no local do serviço e decidiram encerrar todas as atividades do dia, inclusive criaram barreiras no portão principal que dá acesso à entrada principal do porto. Apanhavam tudo quanto podia servir para se defender. O bloqueio total da área, conforme enfatiza Roque (2018) foi uma expressão de insatisfação com o regime trabalhista exercida naquele momento, ainda segundo o autor, a repressão de pindjiguiti sinalizava que o “Estatuto de Indigenato” estava ainda em vigor.

⁵ O estatuto, também conhecido como Estatuto do Indígena, foi criado para regular o comportamento dos povos nativos das colônias portuguesas. Em 1933, os governadores provinciais receberam o poder de adaptar o regimento às condições de cada possessão, o que se fez na Guiné-Bissau em 1946. As categorias definidas foram assimilados, abrangendo lançados, grumetes, luso-guineenses, mestiços e caboverdianos; e indígenas, que recebiam a condição de pessoas atrasadas ou incivilizadas. Ver Silva (2022).

colonial, Cabral passava a visão única, em que todas as etnias pudessem compreender em uma linguagem simples e direta, a homogeneidade e o objetivo de sua ideologia anticolonial”.

Convencido da intolerância da força portuguesa com relação a qualquer movimento separatista ou revolucionário, Cabral e o PAIGC foram obrigados a mudar-se para o território de Guiné-Conacri sob a permissão do então presidente, Sekou Touré, onde foram instaladas uma base militar e aparato logístico-administrativo durante toda a luta. O partido elegeu três tópicos para mobilizar apoio popular: 1) independência, 2) desenvolvimento e 3) unidade de quem vive em territórios colonizados por portugueses (Sangreman *et al*, 2006).

Apesar do pouco recurso que dispunha no início da guerra, o PAIGC já havia avançado e controlava 15% do território. Em 1964 realizou-se o Congresso de Cassacá (CC), em uma das zonas libertadas. Um dos objetivos era organizar a estrutura burocrática do partido. O congresso discutiu estratégias tanto para a administração partidária quanto para a condução da guerra. O CC propôs resolver a rivalidade entre mestiços e nativos (cabo verdianos e bissau-guineenses) e acabar com abusos cometidos contra pessoas acusadas de feitiçaria⁶. Em relação à luta contra Portugal, o CC criou o Conselho Nacional de Guerra (CNG) e o Armazém do Povo⁷ (AP) em zonas libertadas e abriu frentes de guerrilha, sobretudo nas províncias leste e norte (Lobban, 2011; Monteiro, 2019; Macqueen, 1999; Rodrigues, 2010).

A reintegração territorial e serviços oferecidos pelo PAIGC ajudaram não só a legitimar o esforço de um povo capaz de conduzir seu próprio destino quanto a prejudicar a imagem de Portugal em organismos internacionais, como a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a pressionar o país europeu para desocupar territórios ultramarinos. Cabral solicitou ao Secretário Geral o envio de uma Comissão de Descolonização⁸ para visitar as zonas libertadas e verificar os serviços prestados à população. Conforme Silva (1995, p. 28), “Amílcar Cabral denunciou igualmente a política de Lisboa e a ajuda militar da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)⁹, preconizando a luta armada contra o colonialismo, e solicitou o apoio efetivo da ONU e das organizações especializadas”.

Três anos depois de iniciada a guerra de independência, o PAIGC já ocupava 60% do território. O avanço preocupou a autoridade portuguesa, que segundo Mcqueen (1999) foi

⁶ A guerrilha acusava e julgava pela prática de feitiçaria, condenando à morte. Ver Monteiro (2019).

⁷ Eram centros de distribuição de produtos para lojas filiadas, que realizavam trocas (escambo) com a população local. Camponeses entregavam produtos agrícolas em troca de roupas, calçados e outros produtos industriais. Os armazéns recebiam doações de países comunistas, sobretudo China, Cuba e União Soviética.

⁸ O instrumento foi instituído pela ONU para verificar as condições de independência em países colonizados. A versão para a Guiné-Bissau se originou de uma resolução aprovada em 1960. Ver Andrade (2018).

⁹ Capitaneada pelos Estados Unidos, a aliança militar de países ocidentais foi criada em 4 de abril de 1949 como um instrumento de defesa mútua.

obrigada a mexer no tabuleiro estratégico, na tentativa de frear a velocidade que a guerrilha vinha tendo. Como resultado, Arnaldo Schultz, o então governador português na Guiné-Bissau, foi substituído por Antônio de Espínola. Se o recurso primordial para combater a guerrilha ao longo da gestão de Schultz foi o uso de força militar, o novo governador defendia um método menos convencional e sustentava que as tropas portuguesas na Guiné-Bissau eram afetadas por:

“psychological climate of frustration while faced with a better equipped enemy that was able to take full advantage of the physical and psychological environment in which he had always lived” (Rodrigues, 2010, p. 4).

Ele acreditava que a natureza da guerra contra insurgência do PAIGC não se venceria pela força, e sim, com o poder econômico, para desenvolver programas sociais e melhorar as condições de vida da população local. Até 1968, havia 60 km de asfalto no país, o que avançou para 550 km nos cinco anos da gestão de Espínola (Rodrigues, 2010; Mcqueen, 1999).

O conflito também foi um palco da Guerra Fria. A força colonial, que contava com cerca de 40 mil soldados, tinha apoio de Estados Unidos e OTAN, que forneciam armas, munições e treinamento, sob argumento de conter o comunismo na África, como explica o trecho abaixo:

The Portuguese, with vital support from the NATO countries and particularly the United States, have fought to hold every inch of the territory with their 40,000 troops. Some Portuguese have been trained in counter-insurgency tactics in the United States itself where they learned the use of napalm, defoliants, and the strategic hamlet system of population concentration (Lobban, 2011 p.17).

A guerrilha, por sua vez, recebia apoio de países comunistas, como União Soviética, China, Marrocos, Suécia e Cuba. Este último enviou um contingente de militares, médicos e professores para assistir nos cuidados de saúde e treinar guerrilheiros e voluntários (Laranjeira, 2020). O PAIGC também se beneficiou da Revolução dos Cravos em Portugal que colocaria fim ao regime salazarista. Em 24 de setembro de 1973, então, proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau. Um ano depois, Portugal reconheceu o ato (Carvalho, 2010).

3.2 A criação e a estruturação das Forças Armadas

Inicialmente concebidas no quadro de convocação do CC, que visava avaliar o decurso da guerra contra as tropas coloniais e normalizar a agitação no partido, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) foram criadas em 16 de novembro de 1964 e passaram a ser classificadas como braço armado do PAIGC (Mateus, 2006).

A partir da criação das FARP, como observa Fati (2021, s/p), “muito se fez para tornar cada vez mais eficaz o braço armado do PAIGC”. Até aquele momento, a Guiné-Bissau contava com guerrilhas e milícias que atuavam em diferentes regiões do território, ambas subordinadas

a comandos regionais. Segundo o autor, as FARP foram projetadas para unificar as frentes de guerrilhas e valorizar a unidade interétnica contra a potência colonial. Pela primeira vez, “todas as etnias se reuniam juntas, sob o mesmo poder político, conscientes de uma geografia, história e destinos comuns e decidem lutar pela sua liberdade e independência” (Fati, 2021, s/p).

Ciente da importância de formar líderes para as unidades das FARP, Cabral conseguiu vagas em academias militares de países aliados, sobretudo a da União Soviética, que formou cerca de 90% dos quadros enviados ao exterior. Como presidente do CNG, ele se dedicou a aprimorar a estrutura das FARP. Para Fati (2021), houve quatro fases nessa estruturação, que ele vincula a 1966, 1968, 1970 e 1972.

Os idealizadores das FARP almejavam que elas tivessem diversidade étnica, mas o fator demográfico e a participação massiva da etnia balanta na guerra de libertação nacional criaram um desequilíbrio a seu favor na composição das tropas. Segundo Temudo (2009), o grupo tem uma tradição de organização horizontal e não aceitava se subordinar ao domínio português.

3.3 As Forças Armadas sob a ótica do partido único

Após ter alcançado sua independência em 1973, a República da Guiné-Bissau também passou a estar em meio ao antagonismo bipolar. O PAIGC assumiu o papel de Estado e a responsabilidade de organizar a estrutura burocrática, reproduzindo estratégias trazidas de fora para a luta pela libertação nacional. Segundo Carvalho (2016), o partido lidava com duas missões bastante heterogêneas: articular a mobilização de guerrilhas para a luta e, depois, a proteção do território; e articular a construção de um Estado forte, que impulsionasse o projeto de desenvolvimento nacional.

Luís Cabral governou o país até 1980, com um modelo inspirado no socialismo de Estado. Na época, a Guiné-Bissau era autossuficiente na produção de arroz e exportava o excedente para países como Senegal e Gâmbia. Também houve a implantação de um parque industrial descentralizado, com plantas das montadoras Volvo e Citroen e da companhia de transformação de leite Blufo e outras pequenas unidades espalhadas pelo país (Santos, 2021; Trajano Filho, 2016).

A política de expansão industrial levou a uma destinação menor de recursos para o setor agrícola e a uma consequente queda na produção de arroz. Por outro lado, o cultivo de caju ganhou fôlego, já que abastecia a indústria de transformação de castanha, que começava a ter uma produção suficiente para exportar (Mendes, 2010).

A gestão de Cabral também foi marcada por perseguição a oponentes. Segundo Santos (2021), havia insatisfação camponesa com a política agrícola, repressão contra chefes tribais e dissidentes do regime, rivalidade no comando do PAIGC e desconfiança contra cabo-verdianos que ocupavam cargos públicos. A autora acrescenta que:

Durante o seu governo, foram encontradas valas contendo mais de 200 corpos de oponentes do regime, mortos sob acusação de tentativas de golpe em 1978, tendo sido este, inclusive, um dos estopins para o golpe que se pavimentava para os anos seguintes (Santos citando Cravo, 2012, p. 183).

Cabral buscou separar as FARP da ala política do PAIGC e enfrentou resistência, o que, segundo Koudawo (2001), contribuiu ao golpe de Estado em 14 de novembro de 1980. Outro resquício da luta de libertação nacional que gerava tensões era a disputa entre cabo-verdianos e bissau-guineenses por posições de destaque no partido e, depois, no Estado. Cabo-verdianos foram promovidos a posições de alta patente nas FARP, para atenuar a disparidade que existia na força. O golpe, então, foi uma reação a esse cenário, como sublinha o trecho abaixo:

O golpe colocou a nu a tensão que sempre houve na luta de libertação entre bissau-guineenses e cabo-verdianos, entre a ala militar e a ala política, entre os combatentes da Frente Norte (cujos membros tiveram supremacia na equipe de Luís Cabral) e os da Frente Sul (os que mais combateram na guerra) liderados por seu comandante Nino Vieira (Santos citando Koudawo, 2001, p. 203).

Um grupo, denominado de Movimento Reajustador (MR¹⁰), se revoltou contra o que via como uma dominação cabo-verdiana no aparelho de Estado. Liderado por João Bernardo Nino Vieira, o MR estimulou o sentimento nacionalista, alegando que se precisava recuperar o que havia inspirado a luta contra a dominação colonial. Assim, em 14 de novembro de 1980, o movimento dissidente pôs fim ao regime de Cabral.

Vieira se tornou, então, o segundo presidente do país e tratou de reverter a linha do seu antecessor, aproximando as FARP da ala política do PAIGC e decretando o fim do modelo de Estado binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. As Forças Armadas ganharam destaque na nova gestão e passaram a ser fonte de mão de obra qualificada para a burocracia estatal, com o banimento de cabo-verdianos. Outras medidas de Vieira foram destituir o Legislativo, que se compunha por eleição entre membros do PAIGC, e instituir um sistema de partido único, o que completou a instauração de uma ditadura no país.

¹⁰ O MR surgiu em protesto contra o governo de Luís Cabral. Na medida em que a insatisfação aumentava, o movimento se direcionou ao combate da discrepância entre caboverdianos e bissau-guineenses e se converteu em instrumento contra todas as desigualdades. Vieira atuou na definição da estratégia e na execução dos planos que se consumaram em 14 de novembro de 1980, quando Cabral foi deposto do poder.

As FARP se tornaram um instrumento à disposição do presidente para, entre outros fins, fomentar o tribalismo (Bruin, 2022; Temudo, 2009). Com isso, ele pôde intimidar ou eliminar potenciais opositores, como descrito no trecho abaixo:

By 1985, most Balanta officers had been arrested, expelled, or executed. In their places, Vieira primarily promoted Pape officers, as well as some Fula and Mandinga (Bruin, 2022, p. 12).

Em “From the Margins of the State to the Presidential Palace”, Temudo (2009) aborda o tribalismo promovido por Vieira e a herança deixada por essa prática. A autora enfatiza dois fatores para explicar a violência perpetrada – caso 17 de outubro¹¹ – pelo regime de partido único, preservação do poder e cultura baseada em crença. Atrocidades marcaram o período, como resume o trecho abaixo:

Viriato Pam and Paulo Correia (two important politicians) were accused of conspiring against the state and spreading disorder among the Balanta with the assistance of the Kiyang-yang and were executed. Over the years, several potential or actual rivals were successively accused of plots and imprisoned or executed (Forrest, 1992: 59-60). Despite their major contribution to the liberation war, the Balanta - accused of “tribalism” by Nino Vieira and his entourage - were the group most deeply affected by these party and army “cleansings”, which also served to “de-Balanticize” the PAIGC and the army. This process, in turn, laid the ground-work for the future development of identity politics among the Balanta (Temudo, 2009, p. 56).

Ademais, o então presidente concentrava funções nos aparatos do partido e do Estado. Com a eleição interna realizada pelo PAIGC em 1989, ele chegou a estar simultaneamente em

¹¹ foi um episódio trágico que marcou a violência histórica na Guiné-Bissau. Foram acusadas em torno de 50 pessoas de envolverem-se na tentativa de usurpar o condado de João Bernardo Nino Vieira em 1985. Os acusados eram maioria da etnia balanta, incluindo o ex-vice Presidente do Conselho de Estado e ministro da justiça Paulo Correia, o encabeçado da tentativa fracassada de golpe. No comício comemorativo de MR alusivo a 14 de novembro na praça dos heróis nacionais, no centro da cidade de Bissau, Vieira fez pronunciamento discursivo e disse: “Dizem que o Nino é sentimental, que tem coração mole, que não sabe nada. Mas o Nino não é mole, camaradas, é rijo que nem ferro”. Ainda perante o público, acrescentou que “vai ser duro contra quem seja oportunista, tribalista ou corrupto, contra quem infrinja a lei e, se for preciso, julgam-se os criminosos em tribunal e fuzilam-se” (NÔ PINTCHA, 1985). O Tribunal Militar Superior, presidido pelo coronel Humberto Gomes, é composto por “Dr. João Soares da Gama, juiz auditor e os vogais tenente coronel Aliu Camará, primeiro-tenente João Gomes e o tenente José Tavares; como Promotor da Justiça o tenente António Afonso Té”. Os advogados de defesa nomeado oficialmente para defenderem os réus conotados para o julgamento são: “Carlos Pinto Pereira, Alal Saneh, Filipe Nery, Menino Gomes, António Abdulai Keita, Numa Pompílio Benício, Mussabcairabah Sanhá, Waldemar Cunha e Carlos Mendonça” (DIÁRIO DE LISBOA, 1986; NÔ PINTCHA, 1986). No dia 05 de junho de 1986 o tribunal Militar deu início ao julgamento dos réus envolvidos na tentativa de golpe de 1985. A leitura da sentença condenou à pena da morte 12 envolvidos: Paulo Correia, Viriato Rodrigues Pã, Binhanquerem Na Tchanda, Tagme Na Waie, Wagner Na N’Fande, Pedro Ramos, Braima Bangura, K’Pas Kull, Sae Braia Nhakpa, Lamine Cissé, N’Bana Sambú e Malam Sané. O TMS ainda apelou ao presidente da república que use o supremo poder de clemência para comutar a pena e poupar a vida dos condenados. À luz desse pedido, o Conselho de Estado decidiu comutar 6 réus: Tagme Na Waie, Wagner na Fande, K’Pas Kull, Sae Braia Nhakpa, Lamine Cissé e Malam Sane que passarão a cumprir 15 anos de prisão. Recusou a transigência aos restantes que foram assim fuzilados. Segundo “O Dia” “Tudo está consumado. Os apelos do Papa, da União Europeia, do Presidente português, do Chefe do Governo, dos guineenses em Lisboa, foram lançados para o cesto dos papéis pelo tirano que um dia derrubou Luís Cabral. Conforme a notícia publicada pelo Jornal Expresso (1986) “Os fuzilamentos de Bissau constituem um acontecimento trágico não só pela sua crueldade sangrenta e mesquinha, mas também por esse sinal que introduz na História comum de Portugal e da Guiné confirmando que, esta semana, Amílcar Cabral morreu pela segunda vez”.

quatro funções. “Vieira foi o único candidato a disputar o cargo, ou seja, não havia sequer concorrente para disputar a presidência” e, além do posto de mandatário nacional, ocupava os cargos de presidente do Conselho de Estado (PCE¹²), CEMGFA e Secretário Geral do PAIGC (Porto, 2013, p. 7).

3.4 As Forças Armadas sob a ótica do multipartidarismo

A virada da década de 1970 para a de 1980 foi marcada por uma onda de crises prestes a influenciar não só uma guinada na Guerra Fria como o percurso político, econômico e social dos países em vias de desenvolvimento. A segunda crise do petróleo (1979) antecipou a década perdida dos anos 1980, que marginalizou nações menos desenvolvidas, sobretudo as da África Subsaariana, e refletiu na nova configuração do continente. As políticas econômicas neoliberais adquiriram influência em Estados recém-independentes, que se viram obrigados a aderir ao modelo impulsionado pelos Estados Unidos e pelos organismos internacionais de crédito, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Bellucci, 2010).

A partir de 1986, a Guiné-Bissau passou por um processo longo de transição, como parte da terceira onda de democratização. Sob pressão, o regime aceitou o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), imposto por BM e FMI para reduzir a presença do Estado na economia, privatizar empresas estatais, cortar gastos públicos, abrir mercados e direcionar a atividade econômica à exportação. A pressão se estendeu à mudança de regime político, com a transição do autoritarismo para uma democracia que realizasse eleições multipartidárias.

Ao mesmo tempo, havia pressão interna por democratização, da parte de um movimento de jovens recém-formados que regressavam de estudos no exterior. Vieira buscou distanciar as instituições civis das forças armadas, o que se tornou evidente quando o regime assumiu pela primeira vez em 1991 o compromisso com a transição para a democracia. Em termos legais, a mudança mais importante foi no artigo IV da Constituição, para retirar do PAIGC o privilégio de partido único e autorizar a criação de outros (Constituição da República, 1996).

A revisão constitucional também garantiu a liberdade de imprensa que estava cerceada pelo regime de partido único. Com isso, foram criadas 16 estações de rádio, como Pindjiguiti¹³

¹² Era o cargo máximo na estrutura do regime de partido único que vigorou de 1973 a 1991.

¹³ Primeira estação emissora privada do país, a estação emissora “Rádio Pindjiguiti” foi criada a 04 de maio de 1995 por José Rodrigues Santy e Alfredo Tavares. Pindjiguiti é o nome do porto de Bissau. A escolha do nome deve-se à reverência às vítimas do massacre de 3 de agosto de 1959, quando o governo português ordenou a violência contra estivadores do referido porto, que reclamam por melhores condições de trabalho. A rádio ganhou audiência e se tornou uma das emissoras privadas mais sintonizada no território nacional, pelo menos quando se refere ao período pós-guerra civil de 1998. A instalação da Rádio Pindjiguiti localiza-se no bairro da Ajuda (1ª fase). Ver (Lopes, 2015, p. 106-110).

e Bombolom¹⁴, além de jornais, como Diário Oficial de Bissau, Gazeta de Notícias, Banobero, Fraskera e Kansaré. Os novos veículos contribuíram para que a população pudesse ter acesso a informações sobre a política nacional (Porto, 2013).

Para as relações civis-militares, foram definidas regras de convivência e a soberania da autoridade civil sobre as FARP, que “obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei”. Como consta no artigo nº 20 § 3 da Constituição da República após reformulação, “As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei”. A regra deixa claro a submissão das FARP às instituições civis, conforme previsto na lei constitucional. Ou seja, o poder civil é, em último caso, a autoridade máxima em tomada de decisões chave do interesse nacional, tanto a nível doméstico, quanto externo (Constituição da República, 1996).

Em 1994, a Guiné-Bissau realizou suas primeiras eleições democráticas, em que João Bernardo Vieira se reelegeu para a Presidência e o PAIGC obteve o controle do Parlamento, nomeando Carlos Correia, uma escolha do presidente, para o cargo de primeiro-ministro. Vieira perpetrou no poder, desta vez sob uma eleição livre e democrática, apesar da alegação por parte da oposição, de que havia ocorrido algumas irregularidades durante o processo eleitoral, o PAIGC adaptou-se à uma governança recheada de oposição, nunca antes vista na história daquele país. A oposição que se constituiu por grupos de estudantes jovens respalda uma reforma no seio do Partido Africano. Após as eleições, Vieira buscou se distanciar mais das FARP, conforme o trecho abaixo:

A preocupação pessoal e política de Vieira o afastou cada vez mais do contato com os quartéis, deixando-o fora de contato com seus comandantes e lealistas. [...] sua popularidade no exército diminuiu à medida que a popularidade do Brig. General Ansumane Mané, seu Chefe de Gabinete (CSO), ganhou impulso (Dhada, 2002 apud Porto, 2013, p. 10).

Na medida em que o presidente se distanciava, as Forças Armadas foram perdendo privilégios. A intenção de Vieira com a medida era se aproximar de Senegal e França, como meio para que a Guiné-Bissau ingressasse na União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA¹⁵), que viria a integrar em 1997. Com isso, segundo Djau (2019), Vieira esperava

¹⁴ Criada a 2 de setembro de 1995 por jornalista de carreira, Agnelo Regalla, a Rádio Bombolom foi – entre outras rádios – fruto da abertura democrática na Guiné-Bissau. Foi uma emissora privada que desempenhou papel fundamental durante o conflito militar de 1998. Por ter sua antiga instalação localizada na zona de ocupação da Junta Militar na Geta-Bissau, naquela altura localizada no bairro de Ráfia, a rádio foi fundamental na difusão propagandista contra o regime de Vieira. Ver (Lopes, 2015, p. 106-110).

¹⁵ A UEMOA foi criada em 10 de janeiro de 1994 por sete países (Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo) e começou a vigorar em 1 de agosto daquele ano. A Guiné-Bissau ingressou em 2 de maio

dinamizar a economia e estabilizar preços, para poder competir na região, sem se preocupar com os reflexos econômicos da adesão ao bloco em médio e longo prazos. Ainda segundo o autor, “estava evidente que a Guiné-Bissau não estaria na altura de competir com os demais países membros da união” enquanto um país financeiramente isolado do sistema monetário regional. Nisto, toda força foi empreendida para alcançar o objetivo de integrar-se à UEMOA.

Na aproximação com Senegal, se negociou um acordo sobre a região de Casamança¹⁶, disputada desde o período colonial. Criado em 1982, o Movimento de Força Democrática de Casamança (MFDC)¹⁷ luta pela independência de Senegal, que acusava as FARP de apoiar o MFDC, fornecendo armas e dando refúgio a rebeldes (Massey, 2014). O acordo previu que os dois países cooperariam para manter a segurança na sua fronteira. Apesar disso, as acusações de parte a parte não cessaram (Massey, 2014; Sangreman *et al.*, 2008).

Em 1998, um carregamento de armas do Exército bissau-guineense foi apreendido a caminho de Casamança. Vieira e seu governo negaram responsabilidade e atuaram para reduzir a tensão com Senegal e preservar o acordo entre os dois países. O então presidente aproveitou o episódio para promover oficiais jovens, em substituição a veteranos da luta de independência, o que aumentou a insatisfação nas FARP. As medidas consistiam de:

[...] modernize the armed forces by promoting younger soldiers and demobilizing the veterans of the liberation struggle who had constituted the armed wing of the PAIGC, delays in the payment of salaries, and political interference in the management of the military... (Ferreira, 2004, p. 46).

de 1997. Todos adotam a moeda única Franco, supervisionada pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental como parte da Comunidade Financeira Africana (CFA). Ver Celine (2010) e Fernandes (2011 e 2014).

¹⁶ Uma região localizada entre o sul da Gâmbia e norte da Guiné-Bissau. Foi descoberta conforme historiadores, em 1445 pelo navegador português Dinis Dias que a denominou de “Casamansa”. Contudo, sem um consenso entre historiadores, alguns enfatizam que o território foi descoberto no ano de 1446 por António da Noli e Alvise Cadamosto, quando estes navegaram, por ordem de infante D. Henrique, percorreram a costa da foz do rio Geba. Em decorrência das negociações da conferência de Berlim (1884-1885) que culminou com a partilha da África entre as potências coloniais europeias, Portugal cedeu o território para a França em troca do setor de Cacine localizado no sul da Guiné-Bissau. Desde 1982, os habitantes de Casamansa reivindicam a independência do Senegal, em Ziguinchor, a maior cidade da região, houve mais de 100 mil manifestantes nas ruas em protesto pela independência, a repressão dos agentes da segurança do governo senegalês causou mais de mil mortos. O episódio aumentou ainda mais a tensão entre MFDC e o governo do Senegal. A partir desse momento foram registradas várias intervenções militares na região, incluindo a operação militar conjunta do Senegal e França em 1995. Por razões de identidade cultural e étnica o MFDC parcialmente, em várias ocasiões contava com apoio estratégico da Guiné-Bissau. Na guerra civil de 1998 a MFDC participou do conflito prestando apoio ao General Ansumane Mané contra o regime de Vieira, e teve em troca a liberdade de circular na zona fronteiriça. O apoio ao MFDC tem ganhado destaque maiores com a derrubada do presidente Vieira e ascensão de Kumba Ialá à presidência. A volta do presidente Vieira ao poder em 2005 rapidamente acertou com Senegal uma operação militar conjunta para erradicar o foco da guerrilha separatista. Ler Diallo & Fernandes (2011); Nóbrega (2021).

¹⁷ O MFDC surgiu como um pequeno grupo de resistência. Em 1982, ganhou maior visibilidade quando começou a reivindicar a independência de Senegal. Muitos membros do MFDC são da etnia djola, que tem afinidade cultural com as etnias felupe e cassancá, ambas da Guiné-Bissau (Diallo & Fernandes, 2011; Nóbrega, 2021).

A relação da FARP com a presidência da república deteriorou-se na medida que o presidente perdeu a popularidade perante a sociedade civil e militar. A mesma sobreveio à imagem do Brigadeiro General Ansumane Mané chefe da CEMGFA, que passou a ganhar confiança de uma parcela significativa das FARP. Como não bastasse, a crise não estava relacionada apenas ao impasse com as forças armadas, como também, abriu-se um conflito interno dentro do PAIGC. Conforme observado por Bijagó (2011, p. 111) a conjuntura política interna fez nascer entre os membros “[...] conflito interno profundo, dividindo duas alas em disputa, Nino Vieira e Carlos Correia, versus Manuel Saturnino da Costa e Malam Bacai Sanhá”.

Em fevereiro de 1998, através de um decreto presidencial, Vieira anunciou a demissão de Ansumane Mané do cargo de CEMGFA temporariamente. A decisão foi rapidamente contestada pelos partidos políticos da oposição e sociedade civil, que alegaram inconstitucional a ação presidencial. A decisão também foi amplamente repudiada pela FARP, boa parte dos oficiais se posicionaram a favor do Brig. Ansumane Mané. A demissão intensificou as tensões conturbadas preexistente, e abriu-se um clima de desconfiança entre presidência da república e FARP, e no caso mais direto, entre Vieira e Mané (Bijagó, 2011; Ferreira, 2004; Massey, 2014; Sangreman *et al.*, 2008).

Em meio à instabilidade que pairava sobre a relação entre a presidência e as FARP, e acusação direta do presidente ao chefe da CEMGFA do suposto envolvimento no tráfico de armas para os rebeldes da MFDC é decidido pelo governo a criação de uma Comissão Inter-Ministerial (CIM¹⁸) em 1997, integrando elementos do Ministério da Defesa e Administração Interna para investigar o tráfico de armas para os rebeldes em Casamansa. O relatório final do inquérito produzido pela referida comissão gerou polêmica, as hipóteses sem provas deixaram a questão ainda longe de ser resolvida. Dada a natureza e relevância da questão, a Assembleia Nacional Popular (ANP¹⁹) também instituiu um Comitê Parlamentar de

¹⁸ Comissão Interparlamentar Mista é uma comissão que integra diferentes instituições ministeriais para investigar um determinado assunto, e ou esclarecer algum fato oculto à sociedade.

¹⁹ As raízes da ANP foram concebidas pela primeira vez na convocação do que seria o primeiro Congresso de Cassacá, realizado nas zonas libertas. Contudo, apesar dessa iniciativa do CC, a consolidação da ideia cabal da ANP surgiu numa reunião do Conselho Superior de Luta (CSL/PAIGC) realizada entre 7 a 17 de agosto de 1971. Nessa reunião, foi decidido que o PAIGC devia tomar todas as medidas necessárias para realização de eleições gerais de 1972 nas zonas libertadas, conforme a exigência do sufrágio universal e constituir assim, a primeira Assembleia Nacional Popular na Guiné-Bissau. A reunião estabeleceu regras e normas para a condução legal das eleições incluindo “os critérios para a escolha dos candidatos à Assembleia Nacional Popular” normas tornadas públicas num documento intitulado “Bases para a criação da 1ª Assembleia Nacional Popular na Guiné-Bissau”. Após a proclamação da independência nacional que marcou a entrada triunfante do PAIGC à cidade de Bissau, a ANP começou a funcionar junto ao palácio da República e a sessão plenária era realizada no salão III Congresso. Após o desmoroamento do salão, as sessões plenárias passaram a ser realizadas no clube militar localizado na

Investigação (CPI²⁰), que visava apurar fatos de envolvimento no tráfico de armas. Dois meses depois, a CPI divulgou resultado da investigação, o qual alegou a inocência do chefe da CEMGFA no tráfico de armas (Sangreman *et al.*, 2008, p. 16-17).

Insatisfeito com a divulgação do resultado da investigação, Vieira decidiu afastar definitivamente o Mané de sua função. Em seu lugar, nomeou Humberto Gomes como novo chefe da CEMGFA. Em resposta à decisão, juntaram-se ao lado do Mané boa parte das tropas das FARP, uma parte considerável de antigos combatentes na reserva, outros já reformados que decidiram, de forma voluntária, abraçar a causa do conflito contra Vieira. A ala fiel a Mané rapidamente formou uma coligação denominada posteriormente de “*Junta Militar*” encabeçada por ele. No dia 07 de junho de 1998, após o comunicado da demissão, a Junta Militar atacou o quartel general e posições consideradas estratégicas (aquartelamento de Brá, base aérea, e aeroporto internacional Osvaldo Vieira) para manter o controle da força governamental. Do outro lado, a ala fiel ao presidente forma a denominada “*Força Governamental*” contra os insurgentes também chamados, em caso extremo, de rebeldes (Ferreira, 2004; Massey, 2014; Porto, 2013).

Existem algumas contradições em torno da causa imediata da guerra. Alguns autores apontam para o VI congresso do PAIGC como ponto fulcral de tensões entre o partido africano e as FARP, que rapidamente traduziu-se no motim armado de 1998. Tendo este último a esperança de seus problemas terem sido discutidos e solucionados durante o congresso — algo que nunca aconteceu —, os problemas das FARP foram ignorados em detrimento da pauta política de solucionar o conflito interno que assolava esta organização partidária, como havia citado anteriormente. Sangreman *et al* (2006, p. 15) sustentam que “facto de não terem sido abordados os problemas dos militares durante o VI Congresso do PAIGC, só fez aumentar o

Base Aérea de Bissalanca, ou no salão nobre “Amílcar Cabral”, do secretariado do comitê central do PAIGC. A partir de 1987 a ANP começou a funcionar num edifício autônomo, situado na praça dos heróis nacionais, atual edifício onde instalou-se a sede da empresa de telecomunicações Orange. A entrada do sistema multipartidário no país requer, sobretudo, maior exercício de princípios democráticos, dada a esta razão, em 1995 a ANP passou a funcionar num novo edifício da propriedade da Cruz Vermelha. Em 2 de junho de 1998 foi inaugurada a primeira sede da ANP “Colinas de Boé”, localizada na zona industrial de Brá. O projeto de construção foi financiado pelo governo de Taiwan, porém, a guerra de 7 de junho de 1998 deixou o edifício parcialmente destruído. Em 2000 através de reaproximação da Guiné-Bissau com a República Popular da China no âmbito da cooperação “Sino-Guineense” o governo chinês financiou novo projeto para a construção de uma nova Assembleia Nacional Popular inaugurado em 2005 na região central da cidade, onde são realizadas sessões parlamentares atualmente (ANP, 2015).

²⁰ Comissão Parlamentar de Investigação é um grupo de parlamentares escolhidos, através de votação unânime ou por opção do presidente da referida instituição, para formar uma comissão encarregada de investigar um determinado assunto do interesse do estado, governo e ou sociedade como um todo. A CPI defende a integridade e comprometimento de seus integrantes em assuntos do interesse nacional, as divergências políticas são deixadas de lado entre os integrantes para melhor assim, colaborar a fim de alcançar objetivos comuns. A CPI é “formada com prazo de validade e objetivos bem definidos” (Blume, 2021).

clima de inquietação dentro desta instituição”, sendo este um dos fatores preponderantes que levaram à rebelião militar. Outros retratam a demissão do Brig. General Mané como ponto de inflexão que deu origem imediato ao motim armado. Conforme aponta o texto a seguir,

The trigger for revolt was the forced retirement of the Chief of the Armed Forces, Brigadier Ansumane Mané, because of his alleged assistance to the separatist rebel movement in Casamance province in neighboring Senegal (Ferreira, 2004, p. 46).

Sangreman *et al* (2006) identificam o VI Congresso do PAIGC como o ápice das tensões entre o partido e as FARP. Nesse evento, os problemas militares foram ignorados, já que havia conflitos internos ao PAIGC para resolver. Ferreira (2004), por sua vez, avalia que a demissão de Mané foi o estopim para o motim armado, como afirma no trecho abaixo:

The trigger for revolt was the forced retirement of the Chief of the Armed Forces, Brigadier Ansumane Mané, because of his alleged assistance to the separatist rebel movement in Casamance province in neighboring Senegal (p. 46).

A guerra civil de 1998 foi o conflito mais violento da história da Guiné-Bissau. De 6.800 efetivos militares, só algumas centenas permaneceram leais a Vieira (Massey, 2014). Após três dias de batalhas, ele solicitou apoio militar ao Senegal e à Guiné-Conacri, com base no acordo de 1965 com o primeiro país, renovado em 1997 com a inclusão de Gâmbia e Guiné-Conacri, para haver intervenção em caso de agressão externa a um dos membros. Ao invocar ajuda dos países vizinhos, Vieira não tardou em receber respostas à altura do seu desejo. Rapidamente mobilizou uma força militar conjunta do Senegal e Guiné-Conacri, 1.300 e 500 tropas respectivamente, somando um total de contingente de 1.800. A chegada das tropas estrangeiras, porém, serviu para reavivar o nacionalismo na Guiné-Bissau, o que se traduziu em apoio à Junta Militar, renomeada como Junta do Povo (Massey, 2004; Bijagó, 2011).

A intervenção na Guiné-Bissau era chamada por senegaleses de “*Operação Gabú*”, executada pelas “*Force Expéditionnaire sénégalais en Guinée*” (FOREX)²¹ sob comando do coronel Abdoulaye Faal, que desembarcou no dia 10 de junho em Bissau. Ao desembarcar, a FOREX elencou três objetivos primordiais para a consolidação da missão em curto prazo: primeiro, controlar o porto de Bissau; segundo, recuperar a região central da capital, nomeadamente, a avenida principal que liga o centro da cidade ao quartel Adido Militar (AM), localizado no bairro de Brá; terceiro, era recuperar da Junta Militar o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, onde estavam localizadas a base aérea e a artilhria pesada. O controle efetivo

²¹ Força Expedicionária senegalesa foi criada especificamente para atuar na guerra civil de 1998 na Guiné-Bissau. Entre outros objetivos, a FOREX visava demonstrar sua força esmagadora como forma de intimidar a FARP de encerrar apoio prestados às MDFC. Por outro lado, assinalava de maneira indireta derrotar a MDFC através de intimidação antecipada no conflito de 1998 (NÓBREGA, 2021).

de áreas estratégicas, como por exemplo a ocupação da estação emissora (Bumbulum) contribuiu massivamente para empreender vantagem a favor da Junta Militar que fazia chegar junto ao povo a mensagem sobre a causa pela qual estava lutando. Um dos sucessos da Junta Militar, conforme apontado por Bijagó (2011, p. 115):

[...] foi a posse da rádio emissora, utilizando-a de forma sistemática no marketing para conclamar a população em torno da resistência contra o regime do Presidente, colocando a tónica nos episódios sombrios de matanças, má administração do Estado, personificação do poder, mas, sobretudo, de reposição dos ideais de Cabral.

O argumento do presidente em apelar à intervenção estrangeira se baseou na defesa da democracia e no restabelecimento da ordem constitucional. Já a Junta Militar definia o governo de Vieira, que havia sido eleito em 1994, como autoritário e buscava canalizar a insatisfação para destituí-lo do cargo. A aderência dos antigos combatentes da liberdade da pátria, demonstrava por um lado, a insatisfação para com o regime no poder. Ao lado de uma significativa massa juvenil, os reservistas/aposentados viram uma oportunidade única de manifestarem sua insatisfação “através do que mais sabem fazer — atirar, ainda que pela última vez” (Bijagó, 2011, p.115).

Ao mesmo tempo, grupos organizados da sociedade civil se mobilizaram para negociar um acordo de paz. A Comissão de Boa Vontade (CBV²²) foi criada sob a coordenação do então bispo de Bissau. Também se organizou o Movimento Nacional da Sociedade Civil pela Paz, que durante três dias em novembro de 1998 reuniu 132 organizações (Rudebeck, 1998). O conflito ainda chamou a atenção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP²³) e da CEDEAO, que atuaram para intermediar um acordo de paz. Porém, rivalidades coloniais ressurgiram com a participação das duas organizações. As primeiras negociações foram conduzidas pela CPLP, a negociação contava com a presença dos representantes do governo e da junta militar a bordo da fragata portuguesa. Ambas as partes saíram em consenso temporário que originou assim, o primeiro cessar-fogo, ainda que o mesmo fosse relâmpago em termos da sua duração. Em decorrência do impasse vivido e o retorno de agressão entre as partes, a CPLP encabeçada pelo ministro de negócios estrangeiro Cabo Verdiano José Luís de Jesus, empreendeu a segunda rodada de negociação, da qual as partes saíram da mesa assinado um “Memorando de Entendimento” no dia 26 de julho de 1998 em Praia.

²²Criada num contexto de emergência do conflito de 07 de junho de 1998, para negociar a paz com as partes (força governamental e junta militar) no conflito. Liderado pelo bispo de Bissau, Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, a CBV foi amplamente composta por diferentes organizações de sociedade civil e religiosa, promoveu encontro regional na cidade de Quinhamel, região de Biombo, onde foram discutidos os meios necessários para cessar a guerra civil.

²³ A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 para congregar os países de língua portuguesa e se compõe de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Ver Cahen (2017).

Vale ressaltar que apesar do esforço da CPLP em mediar o conflito, há argumentos que apontam que o governo de Vieira estava insatisfeito, e desconfiava desta organização. Segundo Bijagó, “o Presidente desconfiava da imparcialidade da instituição lusófona, tida como complacente com as teses da Junta Militar”. Esse comportamento torna frágil a manutenção do acordo, o que fez Vieira optar por uma negociação mista, que contava com a participação da CEDEAO como agente confiável para tramitar as negociações futuras entre as partes. Portugal considerava que a CPLP era a instância legítima para solucionar problemas na Guiné-Bissau, já que os dois países integram o organismo e têm relações históricas. A França, por sua vez, via a CEDEAO como um espaço propício para influenciar as decisões e atrair a Guiné-Bissau para sua zona de influência na África (Bijagó, 2011; Massey, 2004).

Um dos argumentos principais da CEDEAO de encabeçar como responsável legítima em levar adiante as negociações das partes foi enraizado em dois aspectos: o primeiro aspecto está relacionado ao argumento de ser uma organização regional da qual a Guiné-Bissau é membro. O segundo aspecto foi que a referida organização regional já esteve em algumas negociações de conflito regional envolvendo membros integrantes da organização, como por exemplo os casos da Serra-Leoa e da Libéria. Os argumentos discriminam a CPLP de ser uma instituição inexperiente em negociar conflitos. Além disso, a CEDEAO acusou Portugal de incitar as políticas neocoloniais na Guiné-Bissau, usando-se da imagem da organização para perpetuar o seu interesse particular (Bijagó, 2011; Massey, 2004).

Ao fim, as duas organizações se juntaram para negociar o fim do conflito. Um acordo foi alcançado em 1 de novembro de 1998, em Abuja, na Nigéria. As tropas estrangeiras, que haviam deixado a Guiné-Bissau em cumprimento do acordo, foram substituídas pelo Economic Monitoring Group (ECOMOG²⁴), uma força de monitoramento enviada pela CEDEAO. Outro ponto previa a formação de um governo de unidade nacional, com seis pastas para o grupo de Mané e cinco para o de Vieira. Contudo, os combates ainda prosseguiriam. Em maio de 1999, um carregamento de armas oriundo da Guiné-Conacri atracou no porto de Bissau para abastecer o grupo de Vieira, o que reabriu as batalhas (Porto, 2013; Sangreman *et al.*, 2006).

A Junta Militar se impôs e colocou fim aos ciclos de Vieira e do PAIGC, que desde a independência nunca havia deixado o poder. O ex-presidente ainda permaneceu por um mês na embaixada portuguesa e alegou a necessidade de cuidado médico para deixar o país. O conflito durou 11 meses e deixou um saldo estimado de 2.000 mortes. Em cumprimento ao Acordo de Abuja, a preparação para as eleições gerais se iniciou em janeiro de 1999. O governo de unidade

²⁴ O ECOMOG foi criado em 1990 pela CEDEAO para atuar na guerra civil da Libéria. Desde então, tem realizado missões de paz em vários países do bloco. Na Guiné-Bissau, foram três, em 1998, 2012 e 2022.

nacional, com Malam Bacai Sanhá e Francisco José Fadul, respectivamente, nos cargos de presidente e primeiro-ministro, durou até janeiro de 2000, quando houve o segundo turno da eleição presidencial (Sangreman *et al.*, 2006; Ferreira, 2004).

3.5 O golpe militar de 2003

As eleições realizadas em novembro de 1999 e janeiro de 2000 geraram a expectativa na população de avanços após o período de guerra civil. Contudo, a instabilidade perduraria, como ressalta o trecho abaixo:

As eleições legislativas de 1999 e a segunda volta das presidenciais em 2000 dariam vitória ao PRS - Partido da Renovação Social de Kumba Yalá, simbolizando uma nova esperança para o país, um recomeço depois da guerra, fruto de uma segunda libertação nacional: a do PAIGC. Contudo, rapidamente este sentimento daria lugar à incredulidade e à desilusão, visto que a presidência de Kumba Yalá foi das mais conturbadas e de maior amadorismo político em toda a história da Guiné-Bissau, com quatro primeiros-ministros e as imparáveis remodelações governamentais que originaram tanto a entrada de novos atores políticos para a cena nacional - uma verdadeira política de renovação social - como também a banalização total da classe política do país e do próprio Estado e suas instituições (Moreira, 2017, p. 217).

Nos primeiros anos do seu mandato, Kumba Yalá teve de conviver com a estrutura deixada pela Junta Militar, que havia saído do conflito com Vieira como vencedora. As FARP, então, puderam retomar e até expandir sua influência, sob a liderança de Mané. “Pouco depois das eleições presidenciais de 2000, foi afixada uma placa de copresidente na porta do gabinete de Mané, que passou a ignorar ou rejeitar medidas tomadas pelo novo governo civil para promover ou deslocar tropas e oficiais” (O’regan & Thompson, 2013, p. 8).

As FARP tentaram formalizar sua ascendência sobre as decisões políticas do país, mas não tiveram êxito em um primeiro momento, como explica o trecho abaixo:

[...] Primeiro foi o pacto de regime, que preconizava a manutenção dos militares no poder por período de dez anos e reclamava um conjunto de regalias para os membros da Junta Militar. Após rejeitada pela sociedade civil e pela classe política, “uma nova proposta sob a Carta Magna [Anexo A] veio a tentar dar corpo a este conjunto de reivindicações, mas, tal como o documento que precedeu, não teve eco favorável junto à classe política (Carvalho, 2010, p. 91).

Ainda que não estivesse formalizada, a insubordinação de Mané à autoridade civil foi o que prevaleceu, assim como o recurso ao tribalismo na disputa política. Nos partidos e quartéis, se recorria à identidade étnica para obter apoio e promover objetivos pessoais. À época, as FARP se compunham de três alas, conforme destaca o trecho abaixo:

Têm-se aqueles fiéis ao brigadeiro Mané, na sua maioria oriundos da religião muçulmana, nomeadamente Mandingas e Biafadas; os de Veríssimo Seabra, da etnia Pepel; e aqueles que depositam a sua fé no Presidente Kumba Yalá, em sua grande maioria os militares da etnia Balanta. (Bijagó, 2011, p. 126).

Ao iniciar seu governo, Yalá reintegrou os militares que haviam sido fiéis a Vieira e estavam presos. A iniciativa e as promoções realizadas pelo presidente não agradaram a Mané, que considerou que os militares da mesma etnia de Yalá haviam sido beneficiados e ordenou a reversão das medidas (Bijagó, 2011; Carvalho, 2010; Sangreman *et al.*, 2006). Algumas narrativas sustentam que a solidariedade do presidente para com os prisioneiros têm sido os primeiros sinais de impasse entre Mané e Yalá, tendo este primeiro sentido-se desrespeitado quando da soltura dos prisioneiros, que denominava de “traidores da pátria”.

Em uma cerimônia de iniciativa presidencial realizada no clube de base aérea, o presidente Yalá fez promoção de patentes aos oficiais de classe castrense em forma de reconhecimento. A ação foi repudiada de imediato por Mané, que por sua vez, convocou os promovidos para retirar-lhes as patentes recebidas, alegando por um lado, alto custo financeiro para um Estado em condições debilitadas, por outro, alega-se de que a promoção beneficiou em proporção maior os militares da etnia balanta, a mesma do presidente. Sem excitação, Mané ordenou a retirada das patentes, seguida de insultos e detenções, em uma demonstração de força, uma ação considerada por muitos analistas, de humilhação não somente às vítimas, como também da figura do presidente que via sua decisão sendo revogada, e a sociedade como um todo, desrespeitada .

Dois dias após ter ordenado a retirada das patentes aos seus subordinados, Mané auto proclamou-se chefe supremo da FARP alegando não acatar ordem do presidente da república, a decisão rapidamente intensificou a divisão já latente nos quartéis – grupo que apoia o general e aquele que apoia o presidente – e em seguida começou a incursão de “caça Mané”. A isso, se seguiu a morte de Mané em circunstâncias obscuras. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal Jaime Gama, em sua manifestação de condolência à vítima, lamentou a morte do general, considerando que “ela resultou da sua dificuldade em adaptar-se à democracia que ajudou a criar”. Ainda conforme Gama, “A última vez que lhe falei insisti muito para que se entendesse com o presidente Kumba Yalá, mas percebi desde esse momento que o seu destino seria sempre o de um guerreiro solitário” (Público, 2000).

Para substituí-lo no cargo de CEMGFA, Yalá indicou Veríssimo Correia Seabra, o que não aliviou as tensões entre civis e militares. Como resultado, em 14 de setembro de 2003, Yalá foi deposto por um golpe de Estado comandado pelo novo CEMGFA, alegando que seria uma tentativa de responder a “crescente instabilidade nas Forças Armadas, potencial fraude eleitoral, nepotismo étnico, discriminação da religião muçulmana e situação econômica e política caótica”. Seabra assumiu a Presidência de forma interina e instituiu o Comitê Militar para a Recuperação da Ordem Constitucional e Democrática. Em 28 de setembro, o empresário

Henrique Pereira Rosa foi escolhido por uma comissão presidida pelo bispo de Bissau para assumir a Presidência até a realização de novas eleições. A comissão também nomeou o governo interino, que teria Artur Sanhá, presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), como primeiro-ministro. Ainda foi criado o Conselho Nacional de Transição (CNT), composto por 23 representantes de partidos, oito de grupos da sociedade civil e 25 militares (Lundy, 2005, p. 2; Bijagó, 2011; Carvalho, 2010; Sangreman *et al*, 2006).

Ao assumir suas funções, o CNT se concentrou em: 1) definir as datas para as próximas eleições, legislativa e presidencial; 2) organizar a ocupação do cargo de presidente da Suprema Corte, que estava vago por decisão de Yalá; 3) e promover a anistia de quem havia participado da deposição do ex-presidente (Lundy, 2005).

Yalá assinou um termo de renúncia, se comprometendo a não ter atividade política por cinco anos, mas tentou se envolver na campanha às próximas eleições e acabou sendo preso por isso. Com um mandato que durou de 2000 a 2003, ele foi o segundo presidente consecutivo a ser eleito e não conseguiu permanecer no cargo até o fim do período constitucional.

Na eleição legislativa de 28 de março de 2004, das 102 cadeiras em disputa para a ANP, o PAIGC obteve 45, e o PRS, 35. Desse modo, o PAIGC teve de formar um governo de coalizão com outros partidos e indicou Carlos Gomes Júnior para o cargo de primeiro-ministro.

3.5.1 O caso de 6 de outubro

O então CEMGFA, Veríssimo Correia Seabra, e o coronel Domingos Barros, chefe de recursos humanos e inteligência, foram assassinados em 6 de outubro de 2004, por ação de um batalhão de 650 soldados que havia regressado de uma missão conjunta de ONU e CEDEAO “UNMIL & ECOMIL” para manutenção da paz na Libéria. O levante foi comandado pelo major Bauté Iamta Na Man, que acusava Seabra de desviar recursos enviados pela ONU para recompensar os soldados que haviam servido na missão. O grupo alega ter averiguado descumprimento do acordo assinado com as organizações supracitadas, de enviar contingente militar em três ocasiões diferentes para integrar a força conjunta da ONU e CEDEAO. Alguns relatos sustentam ainda que o grupo foi surpreendido com a notícia de golpe que depôs Kumba Yala, e ao regressar, cobrava a prestação de contas dos responsáveis (Lundy, 2005; Trajano Filho, 2016).

O novo governo alcançou um acordo com representantes do motim, prevendo anistia aos militares envolvidos em golpes entre 1980 e 2004, pagamento das recompensas em atraso e reforma de instalações militares a ser financiada pela China. Também foram indicados um

novo CEMGFA, Tagme Na Waie, e comandantes das três forças: general Armando Gomes para o cargo de chefe do exército, capitão José Américo Bubo Na Tchuto para comandar a Marinha e Antônio Gomes para chefiar a Força Aérea. Uma comissão da CPLP concluiu que seria preciso reduzir o contingente militar, com cerca de 10.000 soldados. A desmobilização de tropas, financiada por recursos externos, começaria no mesmo ano (Lundy, 2005).

Alguns membros do *staff* de Seabra, por se sentirem inseguros após o atentado, e com medo de serem próximos alvos do grupo, fugiram em busca de refúgio no estrangeiro. Dentre os fugitivos inclui-se: Emílio Costa, o vice na hierarquia do comando de Seabra, e chefes de ramos como Watna Na Lai (exército), Melcíades Fernandes (força aérea) e Quirino Spencer (marinha) que buscavam exílio em Cabo-Verde. O motim é visto por alguns analistas, de uma crise interna da FARP, enquanto que outros o consideravam de um autêntico golpe militar, uma vez que as causas do ocorrido têm sua origem enraizada em questões veementemente políticas. A CPLP estruturou uma comissão diplomática com vista a investigar a situação militar na Guiné-Bissau. A missão diplomática concluiu em sua análise de investigação, que era necessário criar condições de equilíbrio na FARP, e diminuir o número de contingente militar no ativo que girava em torno de 10.000 soldados. A comissão fixou um montante de £13 milhões que visava cobrir despesas e promover a desmobilização das tropas, cuja execução foi empreendida no mesmo ano (Lundy, 2005, p. 05-06).

Os funcionários públicos, incluindo militares, já estavam com salários atrasados em até 12 meses. O novo governo, então, tratou de lidar com essa questão e organizar a próxima eleição presidencial, prevista para 2005. Antes, porém, o ex-presidente Vieira voltou ao país após seis anos de asilo em Portugal, por uma decisão militar. conforme o trecho abaixo:

Devemos lembrar que Nino Vieira só voltou ao país graças à intermediação realizada pelo apoio de um grupo dominante dentro das forças armadas; naquela altura, entre eles, o próprio general Batista Tagme Na Waie, antigo inimigo de Nino, que usou de suas regalias de força para passar por cima de todos os órgãos soberanos do país (Poder Executivo, Assembleia Legislativa e Poder Judiciário), fazendo valer as forças do comando do EMGFA (Carvalho, 2010, p. 92).

A eleição presidencial de 2005 foi bastante criticada por duas principais razões, ambas as críticas relacionadas aos ex-presidentes eleitos democraticamente: a primeira está ligada ao retorno de Vieira ao país, o argumento crítico girava em torno do não julgamento do presidente por crimes de guerra causado durante o conflito armado de 1998-1999. Os críticos salientam ainda que a justiça apressou em aceitar a candidatura de um criminoso de guerra, sem que seja primeiramente julgado e condenado. A segunda razão remonta sobre a candidatura de Yalá, que por razões do acordo assinado durante o golpe, que legitimava sua inatividade política. Este, segundo os críticos, não podia sequer submeter sua candidatura a órgão soberano eleitoral,

porquanto que o período da inatividade política assinado no acordo estava vigente. Os analíticos em volta da questão sustentam que a justiça pecou nas decisões que legitimaram as candidaturas dos dois presidentes de concorrerem às eleições presidenciais (Carvalho, 2010; Lundy, 2005).

Além dos ex-presidentes Vieira e Yalá, que acabaram sendo autorizados judicialmente a concorrer, houve 11 candidatos a presidente. Os mais votados foram Malam Bacai Sanhá, pelo PAIGC, Vieira, como candidato independente, e Yalá, pelo PRS, que ficaram nas primeira, segunda e terceira posições, respectivamente. No turno decisivo, Vieira recebeu o apoio de Yalá e venceu com 52,35% dos votos válidos, contra 47,65% de Sanhá (Monteiro, 2020).

Iniciado seu mandato como presidente eleito democraticamente, Vieira entrou em atrito com o primeiro-ministro, que havia apoiado outro candidato e afirmado que sua relação com Vieira seria inviável caso este se elegeisse (Diário de Notícias, 2005). A coabitação entre os dois foi de fato se tornando difícil, o que levou à demissão do governo em cerca de um mês. O primeiro-ministro considerava a volta de Vieira como um retrocesso à sociedade Bissauguineense, antes das eleições, fez declarações públicas muito duras sobre Vieira, dizendo, por exemplo, que este era “traidor do seu povo”. Além da tensão com o presidente, Gomes Júnior enfrentava resistência no Parlamento, o que já havia motivado a rejeição do orçamento para 2006. Seu substituto encarou o mesmo cenário. Vieira, então, dissolveu o Parlamento e formou governos de iniciativa presidencial.

Em 2008, o Conselho Nacional de Eleição (CNE) convocou um pleito legislativo. O PAIGC obteve a maioria, com 67 das 102 cadeiras. Assim, Gomes Júnior foi indicado de novo a primeiro-ministro. Diante da tensão acumulada entre ele e Vieira, as FARP se pronunciaram garantindo que o partido vencedor exerceria seu direito de governar (Campos, 2012).

3.6 O golpe militar de 2009

O ciclo constante de instabilidade sócio político e econômico que assolaram as instituições democráticas do país — ao menos após virada do milênio — tem suas raízes, segundo alguns estudiosos, ligadas ao passado recente pós-independência. A volta de João Bernardo Vieira suscita um clima de tensão tanto na FARP como em entidades político-partidárias. Como mencionado anteriormente, o regresso de Vieira à Guiné-Bissau aconteceu de uma maneira antidemocrática, os termos e condições do regresso foram estritamente endereçados às instituições militares, sem consultar a vontade da população civil por intermédio de aprovação parlamentar. A elite militar na figura do CEMGFA deu aval e o regresso foi confirmado. No seu regresso ao país, Vieira fez uma visita de algumas horas ao ex-homólogo

Lansana Conté. A visita foi bastante criticada por alguns políticos que não viram com bons olhos sua reaproximação com o presidente da Guiné-Conacri (Pereira, 2022).

Após a visita, seguiu-se para Guiné-Bissau num voo de helicóptero da força aérea de Guiné-Conacri, concedido pelo Lassana Contê. Ao aterrissar no Estádio Nacional de futebol “24 de setembro” no bairro de Bandim, em Bissau, Vieira foi recebido pela alta cúpula da elite militar e alguns apoiantes políticos, que o homenagearam apoteoticamente com hino e bandeira nacional. Além dos dirigentes das Forças Armadas e políticos, o ex-presidente contava com pouco mais de cinco mil apoiantes nas ruas celebrando seu regresso. Apesar de toda honra e prestígio recebido na comemoração de sua chegada, demorou um pouco mais de dez minutos a bordo do helicóptero, ao descer Vieira não deixou declaração ou discurso no quadro de sua chegada à Bissau (RTP-Notícias, 2005).

Parte da literatura associa o regresso de Vieira ao tráfico de drogas (Pereira, 2022; Ceesay, 2016; Shaw, 2015 e 2012; Shaw & Reitano, 2013; Robinson, 2011). Seu homólogo na Guiné-Conacri, Lansana Conté, e ele facilitariam redes de tráfico da América Latina à Europa. A visita de Vieira a Conté antes da volta à Guiné-Bissau acrescentou um elemento à essa tese. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a ligação do país com cartéis latino-americanos remonta a 2005, quando Vieira se elegeu presidente pela segunda vez. Friedman (2007) e Winter (2007) definem a Guiné-Bissau como um Estado narcótico. O valor da cocaína que teria ingressado no país entre 2006 e 2007 seria maior do que o orçamento público anual no período (Pereira, 2022; Shaw, 2015; Madeira et al, 2011; Kohnert, 2009).

Para completar o quadro, veio a crise econômica internacional de 2008. Como depende de ajuda externa, que foi reduzida, a economia da Guiné-Bissau se viu paralisada. No mesmo ano, uma aeronave venezuelana foi retida pela Polícia Judiciária (PJ) no aeroporto internacional de Bissau com 515 kg de cocaína a bordo. A droga apreendida foi deixada no Ministério das Finanças (Junior, 2022). Semanas depois, ela sumiu misteriosamente, sem nenhuma explicação oficial para isso. Para Reitano e Shaw (2013), o narcotráfico na Guiné-Bissau é um mercado lucrativo que atrai a cobiça de diferentes setores, inclusive militares:

For the past decade Guinea-Bissau has been caught in a vicious cycle of political instability, corruption and crime in part by the desire to control cocaine trafficking which, at an estimated market value of \$4,3 billion a year, is by far the most lucrative income source in the impoverished country (p. 01).

A disputa pelo controle do tráfico de drogas na Guiné-Bissau, então, se acirrou e chamou a atenção da comunidade internacional. Em 1 de março de 2009, o então CEMGFA, que havia aberto o caminho para o regresso de Vieira e era um rival antigo do presidente, foi assassinado em um atentado de autoria desconhecida no quartel onde trabalhava. Quando Vieira voltou ao

país, Na Waie teria afirmado que, se algo lhe ocorresse, o mesmo se passaria com o presidente (Carvalho, 2010). Foi o que sucedeu, já que, na madrugada seguinte, Vieira foi assassinado na sua residência e teve partes do corpo amputadas por soldados de um batalhão que havia sido chefiado por Na Waie na cidade de Mansoa (Trajano Filho, 2016).

As FARP emitiram um comunicado afirmando que uma missão necessária havia sido cumprida: “Vieira era um dos principais responsáveis pela morte de Tagme. Agora, o país vai avançar. Este homem bloqueia tudo neste pequeno país” (Trajano Filho, 2016; Globo, 2009). Para Trajano Filho, o assassinato do presidente se deveria a uma quebra do pacto que teria feito com as FARP ao regressar do exílio, como enfatiza o texto a seguir:

Porém, diferentemente das vezes anteriores, Nino era de certo modo tutelado pelos militares, no caso, pelo general Tagme Na Waie e pelo almirante Bubo Na Tchuto (ambos de origem balanta). Quando tentou escapar da tutela, supostamente plantando a bomba que vitimou o general Na Waie, foi violentamente assassinado (2016, p. 928).

A CNE antecipou a eleição presidencial para 28 de junho de 2009. Para CEMGFA, foi escolhido interinamente José Zamora Induta. Gomes Júnior continuou como primeiro-ministro.

A definição da data do pleito não reduziu as tensões, já que foi identificada e reprimida uma suposta tentativa de golpe. A Direção Geral de Serviço de Informação do Estado da Guiné-Bissau (DGSIE) divulgou um comunicado alegando ter constatado uma tentativa de golpe liderado por Hélder Proença e Baciro Dabó, antigos ministros da defesa e do interior, respectivamente. Denominando de “Alto Comando das Forças Republicanas para a Restauração da Ordem Constitucional e Democrática”, ambos foram assassinados (BBC para África, 2009).

A DGSIE divulgou em um comunicado, uma lista dos envolvidos na tentativa de golpe. O documento apresenta uma lista de nove indivíduos, o autodenominado “Alto Comando das Forças Republicanas para a Restauração da Ordem Constitucional e Democrática”: Roberto Ferreira Cacheu, Marciano Silva Barbeiro, Daniel Gomes, Faustino Imbali, Veríssimo Nancassa (vulgo Tchitchi), Baciro Dabó, Conduto de Pina, Tito Danfa e Domingos de Brosca. Dentre os nomes acima mencionados, as vítimas sentenciadas à morte foram Hélder Proença, Roberto Ferreira Cacheu e Baciro Dabó candidato independente para a eleição presidencial de junho. O documento adianta que o grupo autodenominado tinha como pretensão a liquidação física do interino Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, José Zamora Induta e do primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, que encontrava-se no exterior (BBC Para África, 2009).

A morte de Hélder Proença, ex-ministro da defesa e agora líder do atentado foi associada a um acidente quando viajava da capital senegalesa para Bissau na mesma noite do atentado. Enquanto isso, Baciro Dabó, também ex-ministro da administração territorial (ministro do

interior) foi morto a tiros em sua residência. Observadores em Bissau, segundo BBC, afirmam que Dabó era um aliado próximo do presidente Vieira e que altos membros da hierarquia castrense podiam rezear que ele pudesse processar os responsáveis pela morte do presidente se ganhasse as eleições. conforme aponta o texto a seguir,

O candidato presidencial Baciro Dabó estava a dormir ao lado da sua mulher quando homens fardados irromperam pela sua casa às 4 horas (hora local) e dispararam contra ele várias vezes (BBC Para África, 2009, s/p).

Há versões que sustentam que o assassinato de outros elementos como o caso de Roberto Ferreira Cacheu foi tristemente desumano, este teria sido queimado vivo, quando capturado na tentativa de escapar de bombardeamento a que era submetido em sua residência. Além disso, é claro, a tentativa de golpe foi fortemente repreendida pela FARP, e alguns dos envolvidos acabaram por morrer no confronto, como aponta o comunicado:

Durante a operação – refere o comunicado – alguns renderam-se voluntariamente enquanto que outros mostraram resistência contra as forças da ordem o que culminou com trocas de tiros tendo sido vitimados mortalmente (BBC Para África, 2009, s/p).

3.7 O golpe militar de 2012

As características de falha, narcótica e ausente prevalecem na administração pública da Guiné-Bissau, assim como a prática de corrupção (Mendes, 2013). O estado de exceção, nos moldes de Agamben (1942), substitui o estado de direito. A situação nacional se tornaria mais difícil com a morte em janeiro de 2012 do presidente Malam Bacai Sanhá, vitorioso na eleição em junho de 2009 como candidato do PAIGC.

Nova eleição antecipada foi realizada em março de 2012 e teve um resultado de 49% dos votos para o candidato do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, e 23% para o ex-presidente Kumba Yalá, do PRS. O candidato derrotado em primeiro turno alegou que havia ocorrido fraude e solicitou a suspensão do turno decisivo, marcado para abril. Se não tivesse o pedido atendido, Yalá alertou que quem fizesse campanha teria de arcar com as consequências disso.

[...] Nos próximos 15 dias vou reforçar as estruturas de base do meu grande partido, a máquina do PRS que vai estar no terreno para ver e assistir quem avança para a campanha. Não é uma ameaça, é uma prevenção positiva. Nós já dissemos que não haverá campanha para ninguém, já o afirmamos e repetimos várias vezes, de que não haverá campanha a nível nacional, caso vier alguém a fazer campanha a responsabilidade será desse alguém. Eu quero dizer que as consequências serão dessa pessoa, porque ela sabe que não há condições para que ninguém faça campanha e isso dependerá da pessoa que avança na campanha, não é para mim (Yalá, 2012).

Após a declaração, Bissau acordou sob tiros. Gomes Júnior, então primeiro-ministro, foi preso por militares. O CEMGFA, José Zamora Induta, e o presidente da ANP, Raimundo Pereira, também foram alvo (Djau, 2016; Sousa, 2013; Mendes, 2013). Partidários de Gomes

Júnior tomaram as ruas em protesto. Foi então que um oficial, Antônio Indjai, assumiu a ação, ordenou que manifestantes se dispersassem e ameaçou Gomes Júnior caso não fosse atendido. As FARP alegaram que precisavam intervir porque haveria um acordo entre o primeiro-ministro e Angola para protegê-lo e a solicitação do mesmo à ONU para receber apoio militar em uma reforma das Forças Armadas na Guiné-Bissau (Sousa, 2013).

A Missão Angolana para a Manutenção da Paz na Guiné-Bissau (MISSANG) foi uma iniciativa da CPLP, apoiada por Portugal e Angola, para auxiliar Gomes Júnior na reforma das áreas de segurança e defesa. O envio das tropas reacendeu a rivalidade entre CPLP e CEDEAO, que se reafirmou como bloco regional predominante e abriu negociações com os golpistas. A solução negociada previu uma missão própria, a ECOWAS Mission in Bissau (ECOMIB), com 600 soldados para auxiliar na transição e organizar a saída da MISSANG do país (Sousa, 2013).

Já como CEMGFA, Antônio Indjai intermediou as escolhas de Manuel Serifo Nhamadjo e Rui Duarte de Barros para os cargos de presidente e primeiro-ministro, respectivamente, pelo período de um ano. Porém, eles teriam de governar sem apoio na ANP, já que o PAIGC, agora como oposição, detinha a maioria. Isso fez com que deputados opositoristas passassem a ser ameaçados. As FARP também receberam cargos no gabinete ministerial e expulsaram do país os ex-primeiro-ministro e ex-presidente da ANP. Em reação, parceiros bilaterais e multilaterais cortaram suas ajudas financeiras à Guiné-Bissau e não reconheceram o novo governo. O Brasil suspendeu o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G²⁵) alegando a falta de uma autoridade legítima no país. O acordo foi reatado em 2015 quando as normalidades institucionais voltaram a funcionar após as eleições gerais de 2014.

Um grupo de militares tentou um contragolpe que foi rechaçado. Apesar do líder ser da etnia balanta, os rebeldes mortos eram só da etnia felupe, o que gerou suspeita de perseguição étnica:

Os militares mortos neste ataque são todos de etnia felupe, o que atendendo aos conflitos étnicos dentro das próprias Forças Armadas levanta também incertezas (Sousa, 2013, p.102).

²⁵ O Programa de Estudantes Convênio de Graduação foi criado em 1964 pelo governo brasileiro, sob a administração conjunta do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Educação (MEC). O programa oferece vagas em níveis de graduação nas instituições educacionais para os níveis superiores nas universidades públicas e privadas, em todas as regiões do Brasil. O convênio contempla, em sua maioria, os estudantes oriundos de países em vias de desenvolvimento cujo Brasil mantém acordos educacionais. A Guiné-Bissau é uma das dezenas de países africanos contemplados no âmbito do acordo de PEC-G. Devido ao golpe de Estado Militar de 12 de abril de 2012, o PEC-g foi temporariamente suspenso para a Guiné-Bissau, a suspensão do programa durou um pouco mais de dois anos, quando foram retomadas as normalidades em 2015. Ler Manual de Estudante Convênio (2013).

Na sequência, militares leais ao governo interino praticaram ato de violência em Bissau e invadiram a sede do PAIGC para prender opositoristas. Com mais este motim, foram 10 de 1980 a 2012, sendo cinco exitosos e cinco fracassados, conforme o quadro abaixo. Em número de casos por década, há um aumento, já que foram dois nos anos 1980, um nos 1990, três nos 2000 e quatro nos 2010, considerando só até 2012.

Quadro 1 - Rebeliões militares na Guiné-Bissau (1980-2012)

ANO	AUTOR (ES)	ALVO (S)	CONDIÇÃO	RESULTADO
1980	João Bernardo Vieira	Luís Cabral	Exitoso	Exilado do país
1985	Paulo Correia	João Bernardo Vieira	Fracassado	Mantido no cargo
1998	Ansumane Mané	João Bernardo Vieira	Exitoso	Exilado do país
2003	Veríssimo Correia Seabra	Kumba Yalá	Exitoso	Destituído do cargo
2008	José Américo Bubo Na Tchuto	João Bernardo Vieira	Fracassado	Mantido no cargo
2009	Batalhão das FARP em Mansoa	Tagme Na Wai e João Bernardo Vieira	Exitoso	Assassinados
2010	Antônio Indjai	Carlos Gomes Júnior e José Zamora Induta	Fracassado	Mantidos nos cargos
2011	Watna Na Lai e Roberto Cacheu	Carlos Gomes Júnior	Fracassado	Mantido no cargo
04/2012	Antônio Indjai	Carlos Gomes Júnior e Raimundo Pereira	Exitoso	Exilados do país
10/2012	Pansau N'tchama	Antônio Indjai e Serifo Nhamadjo	Fracassado	Mantidos nos cargos

Fonte: Elaboração própria com base em BWOCK (2015).

3.8 As eleições de 2014 e a continuidade das crises políticas

Até o golpe militar de 2012, nenhum presidente democraticamente eleito completou seu mandato, seja por destituição via golpe militar, assassinato ou morte natural. O presidente e o primeiro-ministro do governo interino tinham a missão de restaurar a ordem e realizar eleições gerais no prazo estipulado. Porém, essa missão estava subordinada à vontade das FARP (Shaw, 2020). Um exemplo foi a prorrogação da data limite para a realização das eleições. Para Mendes (2019, p. 129), o golpe de 2012 foi o “ponto de chegada de uma dinâmica negativa no coração dos sistemas de soberania e colocou novamente a constituição em dormência e instalou por

alguns anos uma ditadura de fato, em que a violência política e as violações diárias dos direitos humanos básicos se tornaram a norma”.

No âmbito econômico, a suspensão da ajuda internacional gerou escassez de dólar e inflação. Uma exceção na política de sanções foi a CEDEAO, que preferiu evitar o isolamento da Guiné-Bissau, assim como fizeram China, Nigéria e Timor Leste.

Timor-Leste particularmente virou um parceiro importantíssimo e estratégico no apoio incondicional ao governo de transição ao longo do processo de recenseamento e posteriormente na eleição gerais de 2014. O país asiático doou equipamentos eletrônicos (notebooks, câmeras digitais, sensores, gerador, leitor de impressões digitais, impressora de cartões de eleitor, iluminação), além é claro, de financiar e inaugurar as novas instalações do Gabinete Técnico do Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE). A Nigéria também prestou apoio amigável durante o processo de recenseamento. O governo de Goodluck jonathan²⁶, através da embaixada nigeriana em Bissau, emitiu um cheque de US\$6 milhões em declaração de apoio ao processo eleitoral, também ajudou com 25 automóveis e materiais informáticos à CNE. Foi assim que o governo interino conseguiu recursos para realizar um recenseamento eleitoral biométrico pela primeira vez desde o início das eleições democráticas no país (RFI, 2013).

Com o ex-primeiro-ministro Gomes Júnior exilado em Portugal, ele foi substituído de forma interina na presidência do PAIGC pelo vice-presidente Manuel Saturnino da Costa, que foi alvo de críticas do próprio Gomes Júnior, expondo uma divisão no partido sobre como se posicionar em relação ao governo interino:

Esses que se arrogam o direito de dirigir o partido, o país e de assaltar o poder. Como é que se compreende? Um partido que ganhou eleições com maioria qualificada vai aceitar integrar um governo dito de inclusão, relegando o seu líder e toda a direção para segundo plano? Não é normal. Esses é que serão os responsáveis pelo que vier a acontecer no futuro do PAIGC (Deutsche Welle, 2013, s/p).

O atraso na realização do próximo congresso do partido expunha ainda mais sua crise. Uma ala reivindicava a democratização das estruturas de decisão do PAIGC (Darame, 2014). Ao longo do VIII congresso, as alas conservadora e reformista, lideradas, respectivamente, por Braima Camará e Domingos Simões Pereira, se opuseram. O próprio Gomes Júnior se julgava no direito de voltar a presidir o partido, ainda que não pudesse estar presente, e reivindicava que a direção partidária agisse para possibilitar seu regresso ao país. Simões Pereira acabaria sendo eleito o novo presidente do PAIGC, em um feito inédito de conseguir vencer sem ter o

²⁶ Goodluck Jonathan foi presidente da República Federativa da Nigéria (2010-2015). Antes de ser eleito como presidente da República nigeriana, foi governador do estado de Bayelsa (2005-2007) localizado no sul daquele país africano. Formou-se em zoologia pela universidade de Port Harcourt em Abuja. Político integrante do Partido Democrático do Povo (PDP).

controle do aparato partidário. O próximo passo foi a escolha de José Mário Vaz, ex-ministro da Economia de Gomes Júnior, como candidato presidencial do partido em 2014.

As disputas no PAIGC, porém, não desapareceriam. A escolha de Vaz como candidato à eleição presidencial desagradava a Pereira. Apesar disso, o partido foi capaz de se unir para o pleito que se aproximava. Nas eleições gerais de 2014, o PAIGC foi o partido mais votado para a ANP e o cargo de presidente. Vaz teve 40,89% dos votos, contra 24,79% do independente Nuno Gomes Nabiam, que aglutinaria no segundo turno o apoio dos partidos derrotados no primeiro. Vaz aproveitou para se promover como o candidato que uniria o PAIGC e estabilizaria o país, já que seu partido teria maioria na ANP e poderia formar o governo.

O debate promovido pela Televisão Nacional da Guiné-Bissau (TGB) sob título “Especial Eleição” os dois candidatos apresentaram-se ao público através do programa televisivo. Interrogado ao longo do debate sobre as guerrinhas vigente no PAIGC e como seria a coabitação com o primeiro-ministro em caso de ser eleito presidente da república? Em sua resposta, JOMAV salienta que seria uma grande oportunidade de o povo conceder a oportunidade a um único partido, acusando seu adversário de ser um obstáculo para o futuro governo do PAIGC em caso deste se eleger presidente da república. Ao advertir eleitores em sua mensagem final no debate JOMAV garantiu o seguinte:

[...] Há uma diferença entre a nossa candidatura e a candidatura do engenheiro Nuno Gomes Nabiam. Eu sou um candidato apoiado pelo PAIGC, o meu partido ganhou as legislativas, nós vamos ser presidente da Assembleia Nacional Popular [...] Se eu for eleito, vou garantir que não vou derrubar o governo do meu próprio partido. Não vou ter ninguém às minhas costas a pedir que eu enquadrá-lo dentro da estrutura governamental, portanto não terei influência sobre o primeiro-ministro para colocar as pessoas que me apoiaram (TGB, 2014, s/p).

Durante toda a campanha eleitoral no segundo turno, PAIGC tem deixado uma imagem de reconciliação, passando mensagem de unidade e reconstrução interna do partido. Ainda perante a campanha do segundo turno, PAIGC advertiu seus eleitores com gestos que desencadeariam nos eleitores a certeza da reconciliação. No comício de encerramento da campanha do segundo turno na Praça dos Heróis Nacionais, em frente da sede nacional do partido em Bissau, DSP e JOMAV apertaram as mãos perante os apoiadores passando a mensagem de unidade. O candidato do PAIGC teria reforçado muito a ideia de estabilidade governativa como seu principal motivo para se candidatar ao cargo de presidente da república, seu argumento crítico em torno da instabilidade recai muito sobre o erro na escolha dos líderes pelos eleitores. Segundo JOMAV a Guiné-Bissau viveu momentos de instabilidade governativa desde a abertura democrática por razões simples: o primeiro-ministro e o presidente da república são originários de partidos antagônicos, ou seja, pertencem a formações partidárias diferentes. Na advertência aos eleitores, JOMAV declarou o seguinte;

[...] A diferença com o meu adversário é que ele tem muitos partidos políticos a lhe apoiar e nós conhecemos as pessoas que estão por detrás dele. Votar no candidato Nuno Gomes Nabiam que com certeza dentro de seis meses teremos o governo do PAIGC derrubado, por uma razão muito simples: os partidos que apoiam hoje o candidato Nuno Gomes Nabiam são os mesmos partidos que têm contribuído para a instabilidade na Guiné-Bissau, sempre aparecem num momento em que há conflito, quando há governo para cair, são eles que exercem influência sobre o presidente da república. Quando o governo cai, são os mesmos partidos políticos que se agrupam para realmente assumirem o poder. Por isso eu penso que a estabilidade governativa nos próximos cinco anos, JOMAV tem haver muito com isso, porque eu sou dum partido da mesma cor partidária e penso que com primeiro ministro desse partido realmente não terá problema [...] (TGB, 2014).

Como resultado, ele se elegeu com 61,9% dos votos, contra 38,1% do rival. Ademais, Cipriano Cassama foi eleito presidente da ANP, e Pereira foi indicado a primeiro-ministro. Em uma análise prévia sobre a perspectiva do governo do PAIGC, o analista político e pesquisador Julião de Sousa advertiu a oportunidade a que o PAIGC foi confiado conforme salienta no texto a seguir:

É isso que todos os guineenses esperam, e portanto, não acredito que se venha a manter aqui o *status quo* que nos trouxe até aqui com situações graves do ponto de vista interno, graves conflitos, graves cisões internas e espero que os novos corpos que vão entrar em funções venham a limar todos esses problemas e que se trabalhe no sentido de se juntar o país, de se unir o país e de fortalecer o diálogo que é necessário para a construção de uma nova pátria (Rocha, 2014, s/p).

Os primeiros seis meses de governo cumpriram as expectativas que essa tríade do mesmo partido havia criado. Em negociação com credores internacionais, Pereira conseguiu a promessa de um financiamento de 1,5 bilhão de euros (Sampaio, 2015). Essa perspectiva reavivou divergências com Vaz, que acabaria destituindo o primeiro-ministro, sob a alegação de que este ameaçava a independência do Judiciário. Segundo Shaw e Gomes (2020, p. 5), “Vaz e Pereira passaram a discordar a propósito do modo como deveria ser investida a ajuda externa e sobre a sensível questão de quem deveria ser nomeado para os principais cargos ministeriais e burocráticos”. As discordâncias também representariam “uma luta entre um grupo de políticos reformistas e uma velha guarda ávida de manter os privilégios dos cargos”.

Na sequência, o presidente indicou Baciro Djã a primeiro-ministro. O PAIGC recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), alegando que teria o direito de indicar um substituto. O STJ decidiu em favor do PAIGC, que indicou Carlos Correia como primeiro-ministro. Apesar disso, o programa do seu governo e o Orçamento Geral do Estado (OGE) não foram aprovados em duas tentativas na ANP. Vaz teria convencido 15 deputados do PAIGC a votar em contrário. Os 15 legisladores, posteriormente denominados de “G-15”, foram afastados temporariamente do partido. Nessa condição, se aliaram com o PRS, principal força de oposição, e lhe permitiram

que bloqueasse as iniciativas de Correia. Vaz, então, utilizou a prerrogativa constitucional de alegar incapacidade do governo para destituir Correia (Costa, 2023).

Membro do G-15, Djã foi novamente indicado pelo presidente como primeiro-ministro e passou a contar com o apoio da coalizão entre o PRS e o grupo de dissidentes do PAIGC, o que lhe possibilitaria a aprovação dos seus programa e orçamento, mas nunca teve oportunidade de fazê-lo, devido ao não agendamento das sessões pela Comissão Permanente (CP), em ação promovida por uma coalizão de partidos que agora lhe faziam oposição.

Vaz, então, pediu ajuda à CEDEAO para negociar com a oposição. O órgão convocou todos os partidos com representação na ANP para negociações em Conacri que resultaram na assinatura de um acordo em 2016. Um dos pontos centrais enfatiza a “escolha consensual de um primeiro-ministro que tenha a confiança do presidente da república e deverá exercer a função até a eleição legislativa de 2018” (CEDEAO, 2016). Porém, para Costa (2023, p. 17), o acordo gera confusão, pois “constitui o elemento de interpretação subjetiva tanto por parte das alianças partidárias quanto do presidente da república na nomeação do primeiro-ministro”.

Por consequência, o pacto não solucionou o impasse, já que Vaz nomeou Umaro Sissoco Embaló ao cargo de primeiro-ministro, ignorando a indicação de Augusto Olivais por parte do PAIGC e dos seus aliados. A coalizão oposicionista exigiu o cumprimento do acordo e voltou a bloquear o governo, como fazia com o anterior. A CEDEAO, então, organizou nova reunião, que resultou na indicação de Aristides Gomes Pereira a primeiro-ministro. Este pôde, enfim, aprovar seus programa e orçamento e conduzir o país até a próxima eleição legislativa.

O PAIGC venceu a eleição, realizada em 2019, e indicou Domingos Simões Pereira a primeiro-ministro, que teve a nomeação recusada por Vaz. A solução foi reconduzir ao cargo Aristides Gomes Pereira, que levou o país até a eleição presidencial no mesmo ano, mas com menos tranquilidade desta vez, já que foi acusado de desvio de recursos (RFI, 2023).

3.9 A ascensão do candidato militar ao poder

Ao longo do período de eleições democráticas na Guiné-Bissau, houve um aumento da participação da sociedade civil nos assuntos políticos. Ademais, apesar de todos os percalços, Vaz foi o primeiro presidente eleito a concluir seu mandato (Shaw, 2020). Por outro lado, as relações conflituosas entre Executivo e Legislativo se tornaram a regra. Crises podem criar a oportunidade para a intervenção militar (Pion-Berlin, 1992). A ascensão política de Embaló foi algo nessa linha, já que não era uma figura de ponta no meio castrense e se tornou conhecido ao ser nomeado como primeiro-ministro por Vaz em 2016 (Deutsche Welle, 2016).

No período como chefe de governo, de 2016 a 2018, Embaló conseguiu executar tarefas básicas, como pagar os salários do funcionalismo, apesar das relações conturbadas com a ANP. Em 2018, o general da reserva fundou, em conjunto com dissidentes do PAIGC, o Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), que teve a segunda maior votação na eleição legislativa daquele ano. Para o pleito presidencial de 2019, ele foi indicado como candidato do partido. Na campanha, não escondeu sua origem militar e baseava seus discursos nos princípios de ordem e disciplina. Sua missão como presidente seria:

Construir uma Guiné que seja respeitada na cena internacional, porque perdemos o rumo. Hoje, sempre que temos que tomar uma decisão, ficamos dependentes do que a CEDEAO decide, o que a CEDEAO pensa... Comigo será diferente... Tenho que perguntar o que os guineenses pensam e querem. Vou acabar com tanta indisciplina que existe neste país (Deutsche Welle, 2019, s/p).

Embaló pautou sua confiança na juventude como potencial renovador da estrutura do aparelho de Estado. Alegou durante a campanha presidencial de 2019 que a juventude é responsável por resgatar o país onde se encontra, garantiu que o país teria a ganhar caso fosse eleito. “Comigo o país tem a ganhar. É uma nova era e sou de uma nova geração”.

Na eleição presidencial, Embaló venceu em segundo turno Domingos Simões Pereira com 53,55% dos votos, contra 46,45% do candidato do PAIGC, que contestou a derrota. Após a recontagem ordenada pelo STJ, o resultado acabaria sendo confirmado.

Ao tomar posse de maneira simbólica, sem a participação de figuras internacionais (exceto os embaixadores da Gâmbia e Senegal), Embaló seguiu para o palácio da República conduzido por José Mário Vaz, que despediu-se do cargo. A cerimônia foi contestada pelo governo de Aristides Gomes Pereira que junto do Conselho dos Ministros (CM) repudiou o ato, e o classificou como “golpe de Estado” promovido e executado pelo presidente Vaz sob a cumplicidade das Forças Armadas. A partir do momento do empossamento em diante Embaló configura seu discurso em prol do nacionalismo, prometendo na vigência de seu mandato “refundar o Estado” congregando as vontades nacionais em torno de alicerce, consubstanciando novos valores e aspirações de uma nação com propósito de Amílcar Cabral (VOA, 2020).

Na sequência, Embaló destituiu o primeiro-ministro, dissolveu a ANP e nomeou Nuno Gomes Nabiam como substituto em um governo de iniciativa presidencial. O general da reserva enfatiza sua origem militar, aparecendo de uniforme em cerimônias oficiais, fazendo visitas a instalações castrenses e se empenhando em melhorar a estrutura das FARP.

Vale dizer que logo que assumiu a presidência da República, o setor que mais beneficiou das visitas oficiais do presidente foi o da defesa. Foram várias visitas de Embaló às instalações militares, as visitas em sua maioria têm como objetivo exortar as chefias das Forças Armadas a

manterem princípios republicanos. Distanciar da política é um dos pontos mais abordados nos discursos do presidente. Além da mera exortação, foram vários projetos implementados que visam, sobretudo, melhorar as condições dos militares nas casernas. Entre os projetos mais destacados, pode-se mencionar a reabilitação da Escola Militar de Cumeré (EMC) que encontrava-se desabilitada há décadas por razões de falta de manutenção, aquisição de armamento para os setores da defesa e da segurança. O setor de defesa alcançou prestígio nunca antes visto na história durante a presidência de Umaro Sissoco Embaló. Visita aos quartéis multiplicaram de uma maneira imprescindível.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DAS ENTREVISTAS

A realização de entrevistas visa obter dados que complementem as fontes bibliográficas, já que se pode ter contato mais direto com o tema de estudo e os atores envolvidos (Benjamin, 2012; Salomão, 2019). Assim, segundo Coutinho (2014), é possível descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo. A abordagem qualitativa é indicada para compreender como os indivíduos percebem seu entorno (Mariam & Tisdell, 2015; Ugwu & Eze Val, 023). Para isso, é importante buscar informações onde os participantes vivenciam o problema em estudo (Creswell, 2007).

Como a principal fonte de dados desta dissertação, se realizou um trabalho de campo na Guiné-Bissau entre 4 de abril e 15 de maio de 2023, quando se fez uma série de entrevistas com atores políticos e militares de hierarquias diferentes. Cada grupo se compôs de 10 entrevistados. As sessões duraram de 15 a 20 minutos, com algumas chegando a 40 minutos. Durante a estadia em Bissau, também foi possível observar in loco o cenário político.

Realizar entrevistas na Guiné-Bissau é uma tarefa difícil, porque as pessoas têm receio de se expor. Ademais, não se valoriza o trabalho científico. Conforme a natureza do fenômeno em estudo, a entrevista pode ser estruturada, semiestruturada ou não estruturada (Merriam & Tisdell, 2015, Haro *et al.*, 2016). O formato estruturado visa apurar dados demográficos, com a aplicação das mesmas perguntas a todos os entrevistados.

A entrevista semiestruturada é mais flexível e segue um roteiro que pode ter variação de um entrevistado a outro. Por fim, o formato não estruturado é indicado quando a/o pesquisador não sabe o suficiente sobre o tema em questão para formular perguntas relevantes. Assim, se pode saber o mínimo necessário para elaborar perguntas nas entrevistas subsequentes. A opção deste trabalho foi pelo formato semiestruturado, de modo a dar liberdade aos entrevistados e, ao mesmo tempo, manter certo controle sobre as sessões.

4.1 Caracterização dos entrevistados

Foram entrevistadas 20 pessoas, subdivididas em dois grupos: civis e militares. Há uma grande disparidade de gênero. Apesar de um aumento da presença feminina, as mulheres ainda estão em um número bem menor nos cargos públicos, o que se refletiu na divisão de gênero dos entrevistados. Foram 19 homens e uma mulher, com idades que variam de 35 a 65 anos, como se pode ver no quadro abaixo. Todos estão domiciliados em Bissau, a capital do país.

Quadro 2 - Caracterização geral

Característica	Número de entrevistados
Sexo masculino	19
Sexo feminino	1
Idade	35 a 65

Fonte: Elaboração própria

O nível de escolaridade varia do ensino fundamental ao superior, com predomínio da formação de nível superior. Dos 20 entrevistados, apenas dois não concluíram o ensino superior, conforme se pode ver no quadro abaixo.

Quadro 3 – Escolaridade

Nível	Número de entrevistados
Fundamental	1
Médio	1
Superior	18

Fonte: Elaboração própria

Além dos cargos ocupados, a maioria dos entrevistados exerce outra atividade, seja de forma autônoma, no setor privado ou na carreira pública. O que predomina são os professores, como se pode ver no quadro abaixo.

Quadro 4 - Atuação profissional

Atividade	Número de entrevistados
Piloto/força aérea	3

Jurista	1
Advogado	2
Professor	5
Jornalista	2
Outros	7

Fonte: Elaboração própria

Com receio de se expor, a maioria dos entrevistados pediu que seu nome fosse mantido em sigilo pelo entrevistador. Assim, a opção do trabalho foi por adotar esse padrão para todos e se referir aos entrevistados por letras e números. Foram criados cinco grupos, de “A” a “E”, com quatro pessoas, sendo dois militares e dois políticos. Cada grupo se associa a uma pergunta do roteiro de entrevista. Os componentes dos grupos foram identificados por números, como A1, A2, A3 e A4. Os números 1 e 2 foram conferidos a militares, e os 3 e 4, a políticos.

4.2 Conteúdo das entrevistas

Grupo A

A pergunta associada ao grupo é sobre como os golpes militares se tornaram a regra na Guiné-Bissau e quais fatores contribuíram para isso. O entrevistado A1 avalia que os sucessivos golpes se devem à falta de “maturidade” e “instrução”. “O que acontece na Guiné-Bissau, muitas das vezes, é relacionado à ignorância. A pessoa, mesmo sabendo que aquilo em que está se envolvendo, é errado faz questão de continuar a praticá-lo”. Outro fator incluído por A1 na equação é a “pobreza” que assola o país.

Segundo o entrevistado, militares de média ou baixa patente não têm informação sobre os planos políticos de golpe. “Somos apenas convocados para executar. Portanto, a competição político-partidário e as guerrinhas no seio dos partidos são matérias alheias e fora de nosso alcance”, afirma. “Somente as chefias de alto escalão são informadas ou têm conhecimento do que se passa. São eles que recebem a ordem dos civis. E a ordem é emitida posteriormente para que seja executada por todos, sobretudo os soldados subordinados.”

Para o militar A2, as causas da instabilidade política na Guiné-Bissau são “históricas e estruturais”. “Os fatores históricos levam-nos a pensar que tipo de país temos, homogêneo ou heterogêneo?”, indagou. “Eu diria que a Guiné-Bissau é um país heterogêneo no sentido literal

da palavra. A heterogeneidade que refiro não tem nada a ver com a pluralidade étnica, é muito mais profunda”, acrescentou. Segundo A2, há uma carência de interesses em comum.

Se olharmos para a heterogeneidade política, talvez seria vantajoso inculcar na cabeça das pessoas a ideia da pertença nacional. Se as pessoas tivessem na cabeça a ideia de pertença nacional, talvez os conflitos diminuiriam. Nosso povo foi criado de forma artificial, e nada foi feito para mudar essa artificialidade. Existem clivagens étnicas desde o início da história deste país. O golpe de 14 de novembro de 1980, entre negros e mulatos, explica muito bem essas clivagens étnicas. O caso de 17 de outubro de 1986 também tem a ver no fundo com o medo que se tinha da cultura do fulano e do ciclano (Militar A2, em entrevista ao autor).

O entrevistado A2 considera que quem cultiva preconceitos pensa que todo mundo deve concordar consigo e que, quando isso não se confirma, surgem conflitos. “Assim foi e assim é a sociedade guineense desde a independência”, sentenciou. Ainda conforme A2, os problemas começam com a “gestão de recursos humanos”. “Quem gere mal seu patrimônio vai à falência. Quem gere mal os recursos humanos tem conflitos, porque a gestão desastrosa gera a injustiça social, e a injustiça social produz conflitos”, explicou.

O político A3 divide a intervenção militar na política da Guiné-Bissau em dois períodos. “Eu diria que, nos primeiros 10 anos [*de eleições democráticas*], os políticos foram mentores da instabilidade política no país. São eles que batiam nas portas dos quartéis convocando chefias militares para intervir a prol de benefícios”. A partir de 2010, “foram os próprios militares, ao provarem o sabor do poder, que se lançaram às rédeas em busca de poder de forma autônoma e antidemocrática”. Segundo o entrevistado, os militares trabalhavam em condições precárias e perceberam que poderiam mudar essa situação por meio da atuação política.

Para o entrevistado A4, “a participação militar nunca esteve ausente das instituições políticas civis”, mas, assim como o político A3, aponta uma mudança de atitude. “Nos períodos anteriores às eleições de 2014, a intervenção castrense era escancarada aos olhos nus. Porém, após esse período, ganhou outra moldagem. Os militares não demonstram de maneira clara sua participação nas decisões políticas”, salientou. Segundo A4, “algumas ordens necessariamente recebem o aval das Forças Armadas antes de serem implementadas, como, por exemplo, a investidura para o empossamento do presidente atual [*Umaro Sissoco Embaló*] e o governo de iniciativa presidencial, mesmo sem ordenação do STJ”.

Grupo B

Para o grupo B, a pergunta selecionada foi sobre o grau de profissionalismo militar na Guiné-Bissau e como ele pode contribuir a uma relação harmônica com a autoridade civil. Os quatro entrevistados classificaram as FARP como uma instituição carente de profissionalismo.

Um sintoma disso é a influência do tribalismo. Para o militar B1, as disputas étnicas são “um dos maiores problemas, se não principal, da instabilidade nos quartéis”. Segundo o entrevistado, desde o recrutamento, há uma prática de favorecimento que se baseia na etnia. “Um exemplo clássico se resume na guerra civil de 1998, quando a maioria dos jovens que se alistou acabou por permanecer como efetivo nato, por vezes, sem a vocação para tal”, explicou.

Quanto ao que se pode fazer para harmonizar a relação com a autoridade civil, o militar B2 transfere a responsabilidade ao lado civil, que, segundo o entrevistado, é quem dispõe de recursos financeiros. “Nós não temos dinheiro, simplesmente somos funcionários assalariados mensalistas. Quem tem dinheiro à disposição são os políticos. Portanto, a margem de influência para golpe de Estado está sob seu controle”, argumentou.

Para o político B3, é necessária a reforma da Constituição, para, por exemplo, dar menos discricionariedade ao presidente. No início dos anos 1990, Vieira alterou a Constituição para ter mais espaço de influência sobre o governo. Com isso, o presidente passou a ter autonomia para destituir o primeiro-ministro de maneira unilateral, sem precisar do apoio da ANP.

Segundo o político B4, não se pode exigir profissionalismo das FARP sem dar condições para tal. “Se o governo não organizar as Forças Armadas, vai ter as Forças Armadas que merece. Por isso, eu disse em várias entrevistas que a Guiné-Bissau tem a força que merece”, explicou. “Se o poder político estiver organizado, as Forças Armadas também serão”, acrescentou.

Grupo C

Para o grupo C, a pergunta selecionada também se refere à sucessão de golpes e aos motivos dessa tendência. O militar C1 enfatiza as condições precárias nos quartéis. Segundo o entrevistado, faltavam alimentos na primeira metade dos anos 2000. “Passávamos fome porque não havia comida nos quartéis. Quando tinha, eram simplesmente arroz, água e sal”, relatou. A quantidade também era insuficiente, o que requeria um sistema de rodízio. “Os primeiros que chegavam no refeitório conseguiam servir a refeição. Quem chegava por último, na maioria das vezes, ficava sem comida. Os que não conseguiam comida naquele momento deixavam na lista seus nomes para o dia seguinte. Estes eram priorizados na fila da refeição no dia seguinte”, explicou. Por outro lado, o militar afirma que não faltava solidariedade. “Quem tinha condições de adquirir comida compartilhava com um colega de dormitório. A solidariedade é o que nos caracteriza como Forças Armadas. A própria essência da ciência militar tem como prelúdio a solidariedade e a empatia com o próximo”, acrescentou.

Em complemento, o militar C2 aponta que as condições usufruídas pela classe política geravam um contraste. Segundo o entrevistado, a partir de 1998, “os militares despertaram com relação ao poder e perceberam que o drama a que estavam submetidos podia ser revertido”. “As Forças Armadas fingiam devolver o poder aos civis, mas quem comandava o ordenamento, no fundo, eram os militares”, acrescentou. Apesar das tentativas de organizações como CEDEAO, ONU e União Africana, que buscaram manter diálogo com os militares para afastá-los da arena política, a intervenção se tornou a regra. “Por ser um país corrupto, quem se apropria do poder aproveita toda regalia e até fora do permitido por lei para seu benefício pessoal. Quem está no poder na Guiné-Bissau não sabe mais o que é comprar crédito telefônico, combustível, carne... Ao sentirem o gosto do poder, que há anos não experimentavam, os militares se inclinaram às intervenções políticas”, explicou.

Os entrevistados C3 e C4 acrescentam um fator agravante, que são as condições para que combatentes abandonem as armas. Segundo o político C3, “os combatentes eram mandados para reforma sem mínima garantia de recurso suficiente. Muitos recebiam em troca tanques de cana, folhas de tabacos para negociar e, por fim, obter algum recurso financeiro”. Para o político C4, “cometemos duas falhas graves no que tange ao tratamento dos antigos combatentes, falha no processo de recenseamento e precariedade de verba para o processo de reforma”.

Grupo D

Para o grupo D, a pergunta selecionada foi sobre a influência que a falta de uma reforma do setor de defesa na Guiné-Bissau tem para a instabilidade do país. Um diagnóstico em comum foi que, como as FARP se originaram da guerrilha que promovia a luta de libertação nacional, a politização perdurou no seio da instituição, o que se agrava sob um regime unipartidário, em que partido, Forças Armadas e Estado têm uma relação orgânica.

Apesar de a reforma constitucional de 1991 ter implantado o multipartidarismo, as raízes das FARP seguiram as mesmas, como evidencia o seguinte trecho: “as Forças Armadas deram, pela sua heroica luta, a independência à Guiné-Bissau e, conseqüentemente, têm perante o povo e a história a responsabilidade histórica de imprimir um determinado rumo ao país” (Governo da Guiné-Bissau, 2006, p. 7).

O militar D1 salienta que a reforma do setor de defesa tem aceitação na sociedade, mas nunca progrediu. O entrevistado, inclusive, já se envolveu com o tema. “Fui até a Argélia para tratar não só de assunto político como também de estatuto de antigo combatente da liberdade da pátria”, relatou. “O objetivo de solicitar o estatuto foi uma forma de aprofundarmos nosso

conhecimento sobre como este país lidou com a questão dos combatentes após a independência. Ao analisar o estatuto que trouxemos da Argélia, percebemos que o tratamento proferido aos combatentes era totalmente precário. Isto nos levou a pensar novas políticas que contemplassem a vida digna de nossos heróis”, acrescentou.

Outra dificuldade é que, como não houve um recenseamento logo após a independência, os combatentes não foram catalogados conforme papel e função que desempenharam na luta de libertação nacional, para que possam ser reconhecidos e recompensados pelo que faziam. Para o militar D2, “existem pessoas que trabalhavam em prol da nossa independência e são, por generalização, classificadas de combatentes”. “Muitas pessoas mandaram nomes de familiares que já morreram para ser efetivadas como combatentes e receber pensão. Muita gente recebe em nome dos familiares que já faleceram”, acrescentou.

As FARP também são resistentes a reformas. “As chantagens surgem justamente para reprimir ideias contrárias sobre o assunto. Os militares demonstram que não aceitariam jamais passar pelas mesmas experiências trágicas que passaram os combatentes”, afirmou o político D3. Segundo o entrevistado, outra prática das FARP é criar instabilidade de forma intencional para desviar as atenções e postergar as tentativas de reforma. “Discussões em torno da temática ficaram suspensas muitas das vezes por causa de alguma instabilidade política”, resumiu.

Para o político D4, dois fatores precisam se combinar de modo a superar essa estratégia protelatória. “Primeiro, é necessário que haja paz e estabilidade política. São indispensáveis para a implementação de reforma profunda e generalizada. Segundo, se precisa de um espírito nacionalista das pessoas que pensam em projetos de desenvolvimento do país”, explicou. Um terceiro fator apontado pelo entrevistado é a vontade política. “É impossível pensar em reforma quando o governo não cria condições necessárias para levar a frente o projeto. Em todas as tentativas de implementação da reforma, os custos são atribuídos aos parceiros internacionais. A comunidade internacional vai apoiar o projeto quando realmente há uma iniciativa própria do Estado da Guiné-Bissau”, acrescentou.

Grupo E

A pergunta selecionada para o grupo E é sobre o recurso à violência para a resolução de conflitos na Guiné-Bissau e como essa prática se consolidou nas FARP. Para o militar E1, se trata de um legado. “A violência entrou na cultura bissau-guineense desde que se decidiu que a independência só podia ser alcançada pela guerra. Não é de se estranhar quando assistimos episódios violentos, já que a própria cultura de violência foi naturalizada de maneira profunda

e passa a ser principal meio utilizado para a solução de conflitos, seja no universo da relação interpessoal seja entre as instituições”, explicou.

Para o militar E2, “o estado de violência deixou marcas negativas em nossa história que influenciam em manter instituições fracas que contribuem em nada para evitar tudo que temos vivido”. “Eu destaco o incidente de 2009 como a maior atrocidade das últimas duas décadas. A maneira como foi assassinado o presidente justifica veementemente o espírito de selvageria que impera na sociedade bissau-guineense”, acrescentou.

Segundo o político E3, a violência não fazia parte do convívio dos bissau-guineenses até a independência em relação a Portugal. “Os grupos étnicos mantinham boa relação. Esse quadro começou a mudar a partir do momento em que a independência foi concedida e a disputa pelo poder floresceu”, afirmou.

Já o político E4 vincula a violência na Guiné-Bissau à guerra civil de 1998. Segundo o entrevistado, desde então, as Forças Armadas são menos preparadas. “Os militares, sobretudo os que se alistaram durante a guerra civil, entendiam que ser militar é ser um sujeito agressivo, que não dá confiança a ninguém, se irrita facilmente e bate nas pessoas. Esse comportamento tem sido verificado sobretudo a partir da morte de Veríssimo Correia Seabra”, concluiu.

4.3 O nível de autonomia militar na Guiné-Bissau

Para aplicar os critérios de Pion-Berlin (1992) na avaliação do nível de autonomia das Forças Armadas em relação à autoridade civil na Guiné-Bissau, a primeira dimensão de análise é a decisão pessoal. Os membros da cúpula militar têm capacidade de influenciar ou até revogar decisões dos governos civis no país. Um exemplo foi a ordem em 2013 do então CEMGFA de que as promoções concedidas pelo ex-presidente Yalá fossem revogadas. A autorização para que outro ex-presidente, Vieira, regressasse à Guiné-Bissau em 2005 também foi uma decisão pessoal da cúpula militar, sem consulta às autoridades civis. A posse do presidente Embaló é o caso mais recente, já que ele se auto empossou e, em seguida, recebeu o cargo do antecessor, com a chancela das FARP, ainda que uma análise dos resultados eleitorais estivesse em curso. Considerando fatos como os descritos, se pode concluir que a autonomia militar na dimensão de decisão pessoal é alta na Guiné-Bissau.

Na dimensão dos níveis de força, uma crise econômica pode servir de justificativa para a intervenção militar e/ou a destituição de governante civil. Por outro lado, o crescimento da economia pode estimular o apetite das Forças Armadas por recursos do orçamento público para a aquisição de materiais e o aumento de salários. Seja pela via da intervenção ou da conquista

de recursos, a autonomia militar é alta na dimensão. Nos últimos dez anos, a fatia do orçamento público destinada ao setor de defesa tem crescido na Guiné-Bissau, principalmente a partir da Presidência de Vaz. Considerando também as frequentes intervenções políticas das FARP, se pode concluir, então, que a autonomia militar na dimensão dos níveis de força é alta no país.

A próxima dimensão de análise é a de doutrina e educação militar. As Forças Armadas mantêm controle rígido sobre a formação do seu contingente na Guiné-Bissau. Os ensinamentos práticos e teóricos são ministrados exclusivamente em espaços militares. Nenhuma instituição civil tem autorização para participar da formação militar ou sequer oferecer cursos certificados de curta duração. Assim, também na dimensão de doutrina e educação, a autonomia das FARP pode ser considerada como alta no país.

Na dimensão de reforma militar, as Forças Armadas têm poder para vetar ou direcionar propostas da autoridade civil na Guiné-Bissau. Apesar de que a Constituição estabelece que o presidente é o comandante em chefe das FARP, este enfrenta resistência para impor decisões que se refiram a aspectos como armamento, estratégia, estrutura e pesquisa. A reformulação ampla das Forças Armadas, para afastá-las da política, também tem sido postergada há anos no país. Com esse panorama, se pode considerar que a autonomia militar na dimensão de reforma é alta na Guiné-Bissau.

A próxima dimensão, a de orçamento militar, já foi tratada em alguma medida nos níveis de força. No primeiro governo de Gomes Júnior como primeiro-ministro, se adotou uma política de reajuste salarial para os membros da FARP conforme a variação anual da inflação, o que tem elevado a folha de pagamento dos militares e, por consequência, a fatia do orçamento público destinada ao setor de defesa. O número maior de oficiais promovidos também contribuiu para o aumento dos recursos destinados à defesa. Pelos motivos apresentados, se pode concluir que a autonomia militar na dimensão de orçamento é alta no país.

Na dimensão de produção e aquisição de armas, a Guiné-Bissau carece de uma indústria bélica e depende da importação. Ciente dessa necessidade, as Forças Armadas buscam manter influência sobre as políticas de importação que se refiram ao setor bélico. De qualquer maneira, se não há capacidade própria de produção nem são as FARP que autorizam a compra de armas, a autonomia militar nesta dimensão pode ser considerada como média na Guiné-Bissau.

Em relação à organização da defesa, a Constituição estabelece que o presidente, como chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas, é quem escolhe o CEMGFA. Essa prerrogativa tem sido exercida por todos os presidentes que ocuparam o cargo. Pelo menos no aspecto da organização hierárquica, então, se pode afirmar que a decisão final é da autoridade

civil. Por consequência, se pode concluir que a autonomia militar na dimensão de organização da defesa é baixa no país.

A próxima dimensão é a de coleta de informação, área em que a autoridade civil detém certo predomínio. Isso se deve, em primeiro lugar, a que as FARP carecem de um banco próprio de dados. O setor de inteligência militar, então, é precário e depende de iniciativas pessoais. Para fazer levantamento de dados, a autoridade civil utiliza informações próprias e/ou contrata empresas que prestam os serviços requeridos. Pelos motivos apresentados, se pode considerar que a autonomia militar na dimensão de coleta de informação é baixa na Guiné-Bissau.

Na dimensão de segurança interna, as Forças Armadas não têm a incumbência de atuar na área de segurança pública na Guiné-Bissau. Sob a jurisdição do Ministério do Interior, são as forças policiais que se encarregam da manutenção da ordem e do policiamento. A autonomia militar na dimensão de segurança interna, por consequência, é baixa no país.

Por fim, quanto à dimensão dos direitos humanos, as violações cometidas por militares são recorrentes na Guiné-Bissau. Ademais, prevalece a impunidade, sobretudo a partir da guerra civil de 1998. Em 2004, após o assassinato do então CEMGFA, o governo do primeiro-ministro Gomes Júnior concedeu anistia a todos os militares envolvidos em atos de violência política desde a independência. Como resultado, a autonomia militar em violar os direitos humanos da população e não receber punição é alta no país.

No saldo das dez dimensões, a autonomia militar na Guiné-Bissau é alta em seis, baixa em três e média em uma, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 5 - Autonomia militar na Guiné-Bissau por dimensão de análise

Dimensão de análise	Nível de autonomia
Decisão pessoal	Alta
Níveis de força	Alta
Doutrina e educação militar	Alta
Reforma militar	Alta
Orçamento militar	Alta
Produção e aquisição de armas	Média
Organização da defesa	Baixa
Coleta de informação	Baixa
Segurança interna	Baixa
Direitos humanos	Alta

Fonte: Elaboração própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou averiguar os motivos e a maneira pela qual se dá a intervenção militar frequente nos assuntos políticos da Guiné-Bissau. As FARP estão distantes de se tornar uma força profissional e republicana, nos moldes da definição de Huntington (1996). Como exposto ao longo dos capítulos anteriores, apesar de algumas iniciativas para manter os militares afastados da política, isso não tem se concretizado no país.

Ademais, as FARP são dominadas pela prática do clientelismo, que se consolidou no período da guerra civil de 1998. Para um ex-porta-voz militar, “a carreira significa um conjunto de ferramentas que se usa para fazer uma gestão correta dos recursos humanos, de modo que as promoções não sejam feitas por amor ao fulano ou pela amizade. Isso cria injustiça social e problemas internos”. A guerra civil também foi um marco porque, com ela, as Forças Armadas voltaram a se apoiar no nacionalismo como justificativa para intervir politicamente.

Outro ponto relevante é a insatisfação militar com as condições nos quartéis, o que leva as FARP a se insubordinar para pressionar as autoridades civis. Há ainda a questão étnica como perpetradora de violência. Em um ambiente de escassez de recursos, a percepção de privilégios e/ou perseguições em função da origem étnica gera mais revolta.

Um aspecto em que não foi possível se aprofundar no trabalho é a penetração do tráfico de drogas nas instituições civis da Guiné-Bissau e nas suas Forças Armadas, já que se trata de uma questão sobre a qual a coleta de evidências é mais difícil. De qualquer maneira, há uma literatura (Pereira, 2022; Ceesay, 2016; Shaw, 2015 e 2012; Shaw & Reitano, 2013; Robinson, 2011) que explora o tema e associa disputas políticas no país a ambições pessoais em se firmar como sócio local do narcotráfico internacional. Em um cenário de escassez, qualquer fonte de recursos, seja lícita ou não, tende a ser mais disputada.

Por outro lado, o impasse que se seguiu às eleições de 2014 tem uma natureza mais civil, ainda que figuras militares possam ter alguma influência. Os partidos se mostraram incapazes de cumprir acordos firmados. O PAIGC se fragmentou e não conseguiu manter a coesão da sua bancada na ANP, mesmo contando com a maioria de cadeiras.

As relações entre Executivo e Legislativo e o sistema de governo, ou seja, características institucionais do regime político de democracia representativa adotado na Guiné-Bissau, são mais um ponto a se considerar, então. O semipresidencialismo, como avalia Linz (1991), é um sistema que exige mais capacidade de liderança, sobretudo quando um presidente eleito pelo

voto popular tem que aceitar ser uma figura secundária e conviver com um primeiro-ministro de outro grupo político indicado pelo Parlamento.

Na Guiné-Bissau, com um passado recente de colonização e guerras, não há experiência de convívio com a democracia nem tradição de comedimento na política. Ao mesmo tempo, a moderação se torna mais necessária diante da frequência com que o cenário de coabitação tem se dado no país, em que presidente e primeiro-ministro não são de partidos aliados. Nessas condições, as relações entre Executivo e Legislativo, em que este tem o primeiro-ministro como seu representante no outro poder, também se deterioram e abrem espaço para que os militares tomem partido de um ou outro lado e intervenham na política.

Por fim, com a aplicação dos critérios de Pion-Berlin (1992) para a avaliação do nível de autonomia militar na Guiné-Bissau, o resultado obtido foi que o nível alto predomina. Das dez dimensões de análise, a FARP desfrutam de autonomia máxima em seis. Nas quatro demais, a autonomia das Forças Armadas no país é baixa em três e média em uma. Desse modo, se pode concluir que os fatores estruturais e institucionais resumidos acima se refletem na margem de ação e influência exercida pelas FARP na política da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo, Boitempo, 2004.

ANDRADE, Isabela Assunção de Oliveira. **O comitê especial sobre a descolonização da ONU: Entre o colonialismo e a colonialidade**. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, v.5, n.3, 2018.

BELLUCCI, Beluce. **O estado na África**. Revista Tempo do Mundo, v.2, n.3. dez.2010.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. **Os golpes de estado na Guiné Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional**. Alagoas, 2011.

BWOCK, Mahyona Fernandes. **A crise política na Guiné-Bissau 1998-2012**. Brasília, 2015.

CAMARÁ, Guilherme Martins. **As externalidades da formação dos oficiais do Exército da Guiné-Bissau no estrangeiro: o impacto na cultura organizacional.** Lisboa, junho de 2022.

CAMPOS, Américo. **História da GUINÉ-BISSAU em datas.** 2012.

CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinha. **As abordagens empíricas de análise das relações entre “civis e militares”:** o caso da república popular da china. 2006.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que democracia?** O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009). 2010.

CEESAY, Hurst. **The ‘narco-state’ and the impact on institutions in Guinea-Bissau and countries in the sub-region.** In Chabal, Patrick e Green, Toby (orgs.). *Guinea-Bissau: Micro-State to Narco-State.* Londres, Hurst, 2016, p. 205-228.

CAHEN, Michel. **1996-2016 – A CPLP, uma organização para quê?** Portuguese Studies Review, 2017, Exploring the Crossroads and Perspectives of Lusophone Studies, XXIII (1), pp.67-96.

CELINE, Abogny Koffi Ahou. **Tendências e Características da Inserção da UEMOA no Comércio Internacional com o Mercosul:** Potencialidades e Perspectivas. Rio de Janeiro, EdUFRJ / COPPE, 2010.

COELHO, Jaime Cesar. **A política de empréstimos do fundo monetário internacional:** soberania e hierarquia na economia política internacional. *Revista Tempo do Mundo*, v.4, n.1, abr.2012.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução chinesa.** São Paulo, 2015.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia.** EdUnB, Brasília, 2001.

DHADA, Mustafah. **Guinea-Bissau: Politics, Intrigues and Vieira’s Last Stand, in Colin Legum** (Ed), *Africa Contemporary Record 1996-1998*, Volume 26, Africana Publishing Company, New York and London, 2002, p. B89-97.

DIALLO, Mamadou Alpha & FERNANDES, Lito Nunes. **O conflito de Casamansa:** uma questão de segurança regional na Senegâmbia. 2011.

DJAU, Mamadu Alfa. **A Guiné-Bissau em face do processo de integração econômica e monetária na África ocidental:** contemplando a integração regional como instrumento de promoção do desenvolvimento. Florianópolis, 2019.

ECOWAS. **Protocol A/SP1/12/01 on Democracy and Good Governance Supplementary to the Protocol relating to the Mechanism For Conflict Prevention, Management, Resolution, Peacekeeping and Security:** Executive Secretariat Dakar, December 2001.

FATI, Sandji. **Início da luta de libertação nacional 1963:** uma visão guineense. *Revista portuguesa da história militar*, n.1, 2021.

FERNANDES, Antônio da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos)** - Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, Porto, 2007.

FERNANDES, Lito Nunes. **Economia política da integração regional na África ocidental: a União Econômica e Monetária (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional**, 2011.

FERNANDES, Lito Nunes. **União econômica e monetária a lá africana: o caso da UEMOA**. ano, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário aurélio da língua portuguesa**. 3. Ed. Curitiba: positivo, 2004.

FREIRE, Melo. **Introdução ao direito civil português: Jus Privatum**. 1883.

GUIMARÃES, Paulo Cesar Vaz. **Um estudo sobre o banco mundial e o desenvolvimento municipal**.Sp, ano 1993.

HARO, F et al. (2016). **Investigação em ciências sociais: Guia prático do estudante**. Lisboa: Pactor. Hofstede, G. (1998). Identifying organizational subcultures: An empirical approach. *Journal of Management Studies*, 35(1), 1-12.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Ed. Coleção General Benício, RJ, 1996.

JÚNIOR, Francisco Vicente De Paula. **Profissionalidade, profissionalização, profissionalismo e formação docente**: edição 01, p. 01 - 191, Jun/Nov. 2012.

JUNIOR, José Fernandes. **Colapso do estado na Guiné-Bissau ou a outra face de qualquer estado de direito?** Porto Alegre, 2009.

KOHNERT, Dirk. **Democratisation via elections in an African “narco state”?** The case of Guinea-Bissau. 2009.

LINZ, Juan J. **Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?** In Lamounier, Bolívar (org.). *A opção parlamentarista*. São Paulo, Sumaré, 1991, p. 61-120.

LOPES, António Soares. **Os media na Guiné-Bissau**. 1ª Edição, Bissau, agosto de 2015.

MADEIRA, Luis Filipe et al. **The international cocaine trade in Guinea-Bissau: current trends and risks**. Noref Working Paper February 2011.

MATEUS, Dalila Cabrita (2004) - **A PID/SGA na Guerra Colonial 1961–1974**. Lisboa: Editora Terramar.

MENDES, Henrique José. **Segurança Alimentar e a Produção de caju na Guiné-Bissau**. Lisboa, 2010.

- MENDES, Pedro Rosa. **Guiné-Bissau: os militares e a impunidade legítima: nota sobre o presente e o futuro.** p. 129, 2019.
- MERRIAM, S. B., & Tisdell, E. J. (2015). **Qualitative research: A guide to design and implementation.** John Wiley & Sons.
- MONTEIRO, Emmanuel Pinto. **A participação eleitoral como forma de consolidação da democracia na Guiné-Bissau.** Araraquara, SP, ano 2020.
- MOREIRA, Joacine Katar. **A cultura di matchundadi na Guiné-Bissau: gênero, violências e instabilidade política.** Lisboa, 2017.
- MORENO, Helena Wakim. **Casa dos estudantes do império: De associação Estudantil do regime às lutas anticoloniais.** Ano, 2020.
- MRE. **PEC-G Programa de estudantes convênio de graduação: Manual de Estudante Convênio de Graduação.** 2013.
- NASCIMENTO, E. L. (2018). **Diretora do Ipeafro rebate críticas de antropólogo a movimentos negros.** Folha de São Paulo, 19.jan.2018. Em aberto. Disponível em Acesso em 19 de outubro de 2018.
- NÓBREGA, Álvaro. **O conflito de Casamansa: Uma Perspectiva Geopolítica.** Rev. Cadernos de Estudos Africanos, 2021.
- O'REGAN, D.& THOMPSON, P. **Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau: lições do primeiro narco-Estado de África.** Relatório Especial do CEEA n ° 2, 1. impressão, texto policopiado, 2013.
- PAIGC. **História do PAIGC: ano 2022.** Disponível em: <https://paigc.gw/historia/>. Acessado no dia 18 de dezembro de 2023.
- PEREIRA, Micael Ramos. **Building a narco-state: The case of Guinea-Bissau.** Lisboa, novembro, 2022.
- PION-BERLIN, David. **militares y democracia en el nuevo siglo: cuatro descubrimientos inesperados y una conclusión sorprendente:** Nueva sociedad, n° 213, enero-febrero, 2008.
- PION-BERLIN, David. **Military autonomy and emerging democracies in south america: comparative politics,** UC, Riverside,1992.
- REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. **BANDUNG, 1955: PONTO DE ENCONTRO GLOBAL: Esboços,** Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019.
- ROBINSON, David Alexander. **Drug Trafficking and Human Security in Guinea-Bissau:** Atılım Sosyal Bilimler Dergisi 1(1), 97-116, ano, 2011.
- ROCHA, Catarina Tavares Lebre da. **Papel da sociedade civil – caso liga guineense dos direitos humanos– na democratização na Guiné-Bissau.** Aveiro, 2014.

RUDEBECK, Lars. **Guinea-Bissau: Military fighting breaks out**, Review of African Political Studies, No. 77, Sheffield, 1998, pp. 484-486.

SANGREMAN, Carlos, et al. **GUINÉ-BISSAU (1994-2005). UM ESTUDO SOCIAL DAS MOTIVAÇÕES ELEITORAIS NUM ESTADO FRÁGIL: Lusotopie XV (1), 3-25; ano, 2008.**

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. **Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Telha, 2021. (Coleção Pensamento Negro Contemporâneo) 284 p.

SEMEDO, Rui Jorge. **Ativismo político-social e Crise Institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo**. Rev. Centro de Estudo Internacional, ano 2020, p. 13-36.

SHAW, Mark. Drug trafficking in Guinea-Bissau, 1998–2014: the evolution of an elite protection network. J. of Modern African Studies, p. 339-364; 2015.

SHAW, Mark. **Leadership required: Drug trafficking and the crisis of statehood in West Africa**. Policy Brief 37, Institute for Security Studies, 2012.

SHAW, Mark; A. Gomes. **Quebrando o ciclo vicioso: Política da cocaína na Guiné-Bissau**. Ano, 2020.

SHAW, M; & REITANO, Tuesday. **Cocaine Politics in Guinea-Bissau: The link between drug trafficking and political fragility and its wider implications**. Columbia University, SIPA, 2013a.

SHAW, M; & REITANO, Tuesday. **Arrest of Guinea-Bissau's drug lords just the first step in the battle against trafficking**. Institute for Security Studies, 12 August, 2013b.

SILVA, Idrissa da. **As leis portuguesas sobre o trabalho indígena nas colônias africanas: um estudo sobre o estatuto político do indígena na Guiné Portuguesa (1946-1963)**. Ano 2022.

SILVA, Liliam Ramos da. **Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português: Trab. Ling. Aplic., Campinas, n (57.1): 71-88, jan./abr. 2018.**

SILVA NETO, Odilon Monteiro da. **A Casa dos Estudantes do Império (CEI): entre o colonialismo e as lutas de libertação nacional**. rev. ensino em perspectiva, 2021.

SIMÕES, Tales Henrique Nascimento. **Os legados da conferência de Bandung e o regionalismo na Ásia do Leste: ano, 2021.**

TRAJANO FILHO, Wilson. **O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 913-943, set.-dez. 2016.

TRAJANO FILHO, Wilson. **O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 51, n. 1. Universidade de São Paulo, 2008.

UGWU, Chinyere N; EZE, Val Hyginus U. **Qualitative Research**. International Digital Organization for Scientific Research. IDOSR JOURNAL OF COMPUTER AND APPLIED SCIENCES 8(1):20-35, 2023.

VAZ, Nuno Mira. **A profissão militar**: um modelo à procura de sustentação: Ed. Instituto da Defesa Nacional; Rev. Revista Nação Defesa, 2ª Série; Nº 98, ano 2001.

ARQUIVOS ELETRÔNICOS

ANDREASSA, Luiz. **O que é uma poliarquia?** 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/poliarquia/>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. **Sede da Assembleia Nacional Popular - Palácio Colinas de Boé**: ano 2015. Disponível em : <https://www.parlamento.gw/institucional/historia/historia-anp>. Acesso no dia 14 de novembro de 2023.

BAMBARAM DI PADIDA. **Eleições 2014: Nuno Gomes Nabiam promete desenvolver país a partir das regiões**. 2014. Disponível em :<https://bambaramdipadida.blogspot.com/2014/03/eleicoes-2014-nuno-gomes-nabiam-promete.html>. Acessado em 04 de fevereiro de 2024.

BBC PARA ÁFRICA. 2009. Disponível em: https://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/06/090605_gbbacirodabotl.shtml. Acessado em 03 de novembro de 2023.

BLUME, Bruno André. **CPI: o que é e para que serve uma Comissão Parlamentar de Inquérito**. ano, 2021. Disponível em: https://www.politize.com.br/cpi-o-que-faz/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAiA0syqBhBxEiwAeNx9N0XaHdfBeMZdiqpHEb3Vgkjw2VBvRfUo6FLAHW4eut57BxcLbKW4qhoC-wgQAvD_BwE. Acesso no dia 14 de novembro de 2023.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÃO (CNE): **Eleição presidencial de 13 de abril de 2014**. Disponível em: http://www.cne-guinebissau.org/PDF/p_votos_totais.pdf. Acesso em 09 de setembro de 2022.

CRESWELL, J. W. (2007). **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches** (2ª Edição). Thousand Oaks, CA. Disponível em: <http://www.ceilconicet.gov.ar/wp-content/uploads/2018/04/CRESWELLQualitative-Inquiry-andResearch-Design-Creswell.pdf>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

DARAME, Braima. **Congresso do PAIGC mergulhado em crises**. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/congresso-do-paigc-mergulhado-em-crises/a-17406075>. Acessado em 26 de janeiro de 2024.

DEUTSCHE WELLE (DW). **Carlos Gomes Júnior queixa-se de ser marginalizado pela direção do PAIGC**. 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/carlos-gomes-j%C3%BAnior-queixa-se-de-ser-marginalizado-pela-dire%C3%A7%C3%A3o-do-paigc/a-17203408>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

DIÁRIO DE NOTÍCIA. Nino Vieira regressa ao poder a 01 de outubro de 2005.

Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/2005/nino-vieira-regressa-ao-poder-624299.html>
.Acesso no dia 04 de novembro de 2023.

"**Diário de Lisboa**", nº 22113, Ano 66, Quinta, 17 de julho de 1986, Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP:
http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_1068 (2023-11-8).

FALA PAPAGAIO (2014). **Novo Presidente do PAIGC apela à União e Reconciliação do partido.** Disponível em <<https://faladepapagaio.blogspot.com/2014/02/novo-presidente-do-paigc-apela-uniao-e.html>> Acessado em 30 de janeiro de 2024.

Freeman, C. (2020). The African gateway for UK cocaine. The Telegraph, 10 June 2007.
Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1554135/The-African-gateway-for-UK-cocaine.html>. Acessado em 22 de novembro de 2023.

GLOBO. COM. **Exército da Guiné-Bissau afirma que respeitará a ordem constitucional. ano, 2009.** Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1023461-5602,00-EXERCITO+DA+GUINEBISSAU+AFIRMA+QUE+RESPEITARA+A+ORDEM+CONSTITUCIONAL.html>. Acessado em 30 de novembro de 2023.

Golpe de Estado na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/golpe-de-estado-na-guin%C3%A9-bissau/a-15887010>. Acessado em 08 de setembro de 2022.

LGDH. (2012). **Comunicado à imprensa sobre a evolução da situação política após golpe de estado.** Disponível em: <http://www.lgdh.org/2012/04/comunicado-imprensa-sobre-evolucao-da.html>. Acessado em 15 de janeiro de 2024.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. jun, 2017. Disponível em:
https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt. Acessado em 08 de fevereiro de 2023.

Novo dicionário da Língua Portuguesa. Nova edição - 1913. Disponível em:
<https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>. Acessado em 04 de outubro de 2022.

Novo golpe de Estado na Guiné-Bissau, o exército assume o comando. Disponível em:
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/novo-golpe-de-estado-na-guine-bissau-o-exercito-assume-o-comando.html>. Acessado em 08 de setembro de 2022.

PAIGC. **Estatuto do PAIGC.** Disponível em <<https://paigc.gw/wp-content/uploads/2021/12/Estatutos-do-PAIGC-2018.pdf>> Acessado em 30 de janeiro de 2024.

PÚBLICO. **MNE português confirma morte de Ansumane Mané:** 30 de novembro de 2000. Disponível em: <https://www.publico.pt/2000/11/30/mundo/noticia/mne-portugues-confirma-morte-de-ansumane-mane-2058>. Acessado em 30 de outubro de 2023.

PUBLICO. **Guiné-Bissau: autor de tentativa de golpe de Estado fugiu, mas foi detido na Gâmbia: 12 de agosto de 2008.** Disponível em:
<https://www.publico.pt/2008/08/12/mundo/noticia/guinebissau-autor-de-tentativa-de-golpe-de-estado-fugiu-mas-foi-detido-na-gambia-1338732>. Acessado no dia 07 de novembro de 2023.

RFI. **Guiné-Bissau: Timor Leste e Nigéria apoiam recenseamento eleitoral Guiné-Bissau: Timor Leste e Nigéria apoiam recenseamento eleitoral. 2013.** Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/africa/20131128-timor-leste-e-nigeria-apoiam-recenseamento-eleitoral-na-guine-bissau-0>. Acessado em 25 de janeiro de 2024.

RFI, (2023). **Guiné-Bissau: Aristides Gomes recorre ao Tribunal Africano dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/em-directo-da-redac%C3%A7%C3%A3o/20230303-guin%C3%A9-bissau-aristides-gomes-recorre-ao-tribunal-africano-dos-direitos-humanos>. Acessado em 08 de fevereiro de 2024.

ROCHA, António. **Guiné-Bissau tem um novo Presidente.** Ano 2014. Disponível em : <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-tem-um-novo-presidente/a-17730568>. Acessado em 05 de fevereiro de 2024.

ROQUE, Sílvia. **3 de agosto de 1959, Massacre de Pindjiguiti, Bissau. 2018.** Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/3-de-agosto-de-1959-massacre-de-pindjiguiti-bissau/63784>. Acessado em 18 de novembro de 2023.

RTP-NOTÍCIAS. **Nino" Vieira recebido por milhares de pessoas no seu regresso à Guiné-Bissau. 2005.** Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/nino-vieira-recebido-por-milhares-de-pessoas-no-seu-regresso-a-guine-bissau_n108676. Acesso em 18 de novembro de 2023.

RUI DE BARROS PRIMEIRO-MINISTRO DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/africa/20120516-ruidebarros-primeiro-ministro-da-guine-bissau>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

SAMPAIO, Madalena. **Mais de mil milhões de euros para a Guiné-Bissau.** Ano, 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mais-de-mil-milh%C3%B5es-de-euros-para-a-guin%C3%A9-bissau-na-mesa-redonda-de-bruxelas/a-18341843>. Acessado em 05 de fevereiro de 2024.

UCCLA. **Casa dos estudantes do império.** Disponível em: <https://www.uccla.pt/casa-dos-estudantes-do-imperio>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

UNILAB. **GUINÉ-BISSAU – Presidente demite Governo.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/2015/08/14/guine-bissau-presidente-demite-governo/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

UNODC. **Estratégia do UNODC: 2021-2025.** Ano, 2021. Disponível em https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/relatorio_estrategia_UNODC_web.pdf. Acessado no dia 16 de dezembro de 2023.

VOA.PORTUGUÊS. **TOMADA DE POSSE DE UMARO SISSOCO EMBALO NA GUINÉ-BISSAU.**2020. Disponível em:<https://www.voaportugues.com/a/tomada-de-posse-de-umaro-sissoco-embal%C3%B3-na-guin%C3%A9-bissau/5308750.html>. Acessado em 05 de dezembro de 2023.

WINTER, Joseph. **Africa - new front in drugs war.** BBC, 9 July 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6274590.stm>. Acessado em 22 de novembro de 2023.

YALÁ, Kumba. **Eleição 2012**. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=9JJV6Nk6fz4>. Acessado em 05 de dezembro de 2023.